



PROMOVER A QUALIDADE E O SUCESSO EDUCATIVO EM VILA NOVA
DE FAMALICÃO

Actas dos Fóruns de Educação, 2008

Org.
Elisa Carvalho e Paulo Marinho

PROMOVER A QUALIDADE E O SUCESSO EDUCATIVO EM VILA NOVA DE
FAMALICÃO

Actas dos Fóruns de Educação 2008

PROMOVER A QUALIDADE E O SUCESSO EDUCATIVO EM VILA NOVA DE
FAMALICÃO

Actas dos Fóruns de Educação 2008

Organização:

Elisa Carvalho

Paulo Marinho

Nota de Abertura

Leonel Rocha,

Vereador da Educação e Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Em nome da autarquia saúdo todos os presentes, todas as escolas e agrupamentos que se envolveram neste projecto, assim como todos os outros agentes educativos que, ou através dos Fóruns Locais de Educação e/ou através da sua presença e participação neste Fórum Municipal de Educação, se implicaram de forma activa e participativa na construção da qualidade e do sucesso educativo no nosso concelho.

Quando pensámos neste projecto de carácter geral – “Promover a qualidade e o sucesso educativo” –, através da participação activa da comunidade educativa, tivemos como ponto de partida a importância da participação de todos os agentes educativos na partilha e na discussão reflexiva e participada acerca das problemáticas educativas com que se confrontam. Hoje, é generalizadamente aceite que a educação não se restringe ao espaço escolar, motivo pelo qual é necessário colocar a escola em comunicação com outros contextos de desenvolvimento humano, ou seja, todo o meio que a envolve e com ela interage.

As autarquias têm assumido, aqui, um papel fundamental, uma vez que têm assumido, desde a década de 80, competências no âmbito da educação. Estas, por sua vez, têm vindo a acentuar-se, preparando-se, agora, para assumir novas competências: gestão dos edifícios escolares das EB 2,3; Auxiliares de todo o ensino básico e pessoal administrativo; Serviços de apoio sócio-económico (SASE); Actividades de Enriquecimento Curricular, serviços técnicos e apoios nas escolas. Assim, novas responsabilidades nos são exigidas. No entanto, as autarquias não são as detentoras do saber ou do saber-fazer. É neste sentido que têm, obrigatoriamente, de trabalhar em conjunto com as escolas, e outras instituições, numa lógica de parceria ou de rede de parceiros. As mudanças aceleradas no âmbito da educação (escolar) assim o impõem. Inúmeros são os desafios com que as escolas se confrontam actualmente derivados das exigências que lhes são colocadas. Urge, então, a necessidade de reflectir o passado, o

presente e o futuro, com o objectivo de encontrar um rumo certo que leve a um sucesso educativo cada vez maior. Esta questão assume tanta importância, quanto o desenvolvimento do país em geral, e do concelho em particular, depende da educação e da formação dos seus cidadãos.

Sublinho que a escola tem aqui um papel fundamental, cabendo à autarquia colocar-se cada vez mais ao seu lado, trabalhando, em conjunto, para os mesmos objectivos. O Projecto Educativo Municipal pretende dar conta desta necessidade e desta importância, uma vez que procura articular esforços em torno de um mesmo objectivo – o sucesso educativo. Poderá proporcionar, ainda, o reforço da autonomia das respectivas escolas (agrupadas e não agrupadas), a qual não dispensa (mas com toda a certeza reclamará ainda mais) a conjugação de sinergias e a interajuda entre os parceiros.

O projecto Educativo Municipal assume, ainda, um papel essencial na construção de uma autêntica Cidade Educadora. Quando falo em Cidade Educadora não me interessa obter apenas o rótulo, mas colocar no terreno o que esta comporta na prática: a construção de uma efectiva igualdade de oportunidades no âmbito da educação, formação e desenvolvimento humano integral ao longo de toda a vida de toda a vida de todos os cidadãos. Isto obriga a que hoje, uma relação comprometida entre todas as Instituições educativas/formativas do concelho, que se baseia em processos de partilha, troca, comunicação e participação interdependente e que toda a sociedade, de forma transversal, contribua para aquele objectivo.

Este Fórum Municipal de Educação é, sem dúvida, pequeno mas importante passo para conseguir essa construção, pois estamos a proporcionar espaços e momentos de participação, partilha, troca e discussão participada, o resultado e a continuação de outros espaços de comunicação e reflexão conjunta que são os Fóruns Locais de Educação, o Conselho Municipal de educação, o trabalho em rede com as direcções das escolas e o trabalho em rede no âmbito da educação e da formação.

Desejo que todos possam desfrutar deste espaço de debate e reflexão, essenciais à construção partilhada de mudanças, rumo à melhoria do processo educativo.

Promover a qualidade e o sucesso educativo é uma preocupação constante da qual não nos podemos descomprometer, principalmente se tivermos em conta o que na Lei de Bases do Sistema Educativo¹ é referido acerca do direito de todos os jovens cidadãos no acesso ao sistema educativo assim como no sucesso educativo dos alunos. No entanto, promover o sucesso educativo implica que se tenha em conta algumas questões que se prendem, nomeadamente, com a relação escola – educação. Se em tempos anteriores a educação era pensada como sendo veiculada apenas na escola, hoje já não podemos pensar a educação desta forma, uma vez que esta não está circunscrita ao espaço escolar. Por outro lado, a este não podemos retirar a importância e centralidade. A escola é um agente educativo primordial, que engloba as relações com todos os outros agentes que actuam nas questões relacionadas com a educação.

A participação destes agentes educativos locais apresenta-se como um alicerce, talvez o principal, deste trabalho. Neste sentido, é solicitado um enlace efectivo entre a escola e a comunidade para troca de sinergias que possam cada vez mais levar ao encontro de respostas mais eficazes às problemáticas vivenciadas. Ou seja, um espírito de participação activa que não se cria por decreto, mas que é uma condição de pessoas e de cidadãos, onde cada uma participa não apenas com a sua presença física, mas que, como referencia Santos Guerra, “participar é pois, uma acção social que consiste em intervir activamente nas decisões e acções” (2002: 10)². É sem dúvida pertinente produzir-se hoje um discurso em torno de uma nova concepção de participação, que se apresenta tanto mais importante quanto mais caminhamos para a autonomia. Esta exige um esforço conjunto de construção que não pode ser definido de um modo isolado, sem

¹ Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

² SANTOS GUERRA, M. (2002). “Os desafios da participação – desenvolver a democracia na escola”. Porto: Porto Editora.

ter em conta outras dimensões complementares de um processo global de territorialização das políticas educativas.

Isto significa que o processo de transferência de competências para as escolas, “no quadro do reforço da sua autonomia, deve ser articulado com as medidas a tomar nos seguintes domínios: reorganização e redefinição funcional do aparelho de Estado, a nível central e regional; processo de transferência para as autarquias; co-responsabilização da sociedade local na prestação do serviço público de educação nacional, através de múltiplas parcerias de natureza sócio-educativa” (Barroso, 1996)³.

Não podemos deixar de referir, neste contexto, que o reforço da autonomia das escolas não constitui um fim em si mesmo, mas um meio destas prestarem um melhor e mais adequado serviço público da educação. O Projecto Educativo assume neste contexto de autonomia reforçada uma particular importância, uma vez que é através deste que se podem tornar explícitos os caminhos pelos quais a autonomia é construída. Por outras palavras, só através deste poderemos expressar a identidade de cada comunidade educativa e definir o sentido da sua acção. Como foi debatido num dos fóruns locais, este projecto não só estabelece e torna claros os objectivos pelos quais a escola e a comunidade se orientam, como também integra e unifica as actuações.

O Projecto educativo é, assim, o bilhete de identidade que identifica cada escola e/ou agrupamento como única. Ou seja, os seus problemas, insucessos, sucessos, ânsias, desejos e projectos – a sua face! Face que é individual de cada comunidade e que em cada momento e espaço específico, é marcada, por exemplo, pelo abandono, insucesso, indisciplina – problemáticas para as quais não há respostas-tipo nem receitas para lidar com as mesmas. Cada caso é um caso e cabe aos agentes educativos directamente envolvidos na situação mobilizar os instrumentos mais adequados às especificidades de cada problema.

Muitas são as necessidades, por um lado, e as exigências, por outro, com que se defrontam as comunidades educativas. A diversidade de problemáticas a que tentam responder é bem demonstrada pelo exemplo da preocupação actual com as questões de inclusão – uma preocupação transversal a todos os contextos educativos e não só. A complexidade que esta designação engloba, assim como tantas outras que embarcam no seio escolar, levam os professores a reflectir e investigar, sendo estes os pilares fundamentais do trabalho docente, actualmente em transformação. Se é verdade que esta

³ BARROSO, J. (1996). *Autonomia e gestão das escolas*. Ministério da Educação

profissão exprime hoje a existência de uma desmobilização subjectiva, é também verdade que a implicação e mobilização, mesmo em contextos e momentos históricos conturbados, são ainda a força activa do desenvolvimento educacional.

Exemplo vivo e explícito foi o envolvimento de todas as escolas e agrupamentos que, durante o mês de Abril marcaram mais um passo rumo à construção de uma cultura de participação.

Vários foram os temas que estiveram em discussão, dos quais queremos referenciar alguns neste texto de abertura (Autonomia, Projecto educativo, Participação da Comunidade, Avaliação, Indisciplina, Abandono, Insucesso, Inclusão entre outros) que com certeza abriram caminhos futuros de uma nova cultura de participação activa de toda a comunidade educativa. Pois, só com a participação de todos poderemos conectar sinergias que nos possa levar cada vez mais ao encontro de uma maior qualidade e sucesso educativo. Esperamos que o futuro seja sempre pautado de espaços de diálogo entre os vários agentes educativos e que, assim, o concelho de Vila Nova de Famalicão cresça rumo à construção de uma cidade educadora.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Autonomia na Gestão das Escolas – realidades e utopias.

Agrupamento de Escolas Vale do Este

O Agrupamento de Escolas de Vale do Este realizou o seu Fórum Local no 17 de Abril, pelas 18.30 horas, nas instalações da EBI de Arnoso Santa Maria.

Na mesa deste Fórum estiveram a Professora Laura Zarcos Palma, Presidente do Conselho Executivo deste Agrupamento, Leonel Rocha, Vereador da Cultura da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, Paulo Marinho, Estagiário do curso de Ciências da Educação e as Professoras Conceição Alves e Carolina Viana.

Para sensibilizar e mobilizar toda a comunidade escolar a participar neste debate, foram feitos cartazes e enviados convites a todos os Encarregados de Educação, Associações de Pais. Juntas de Freguesia e outras entidades locais. Embora a adesão não tenha sido muito elevada, estiveram presentes Professores, Auxiliares de Acção Educativa, Encarregados de Educação e representantes das Associações de Pais e Autarquia.

A apresentação do tema esteve a cargo da professora Laura Zarcos Palma, cujo texto integral se apresenta de seguida:

“Nas vésperas da promulgação do novo modelo de gestão – Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão, o Fórum que vai aqui ter lugar, não poderia estar mais actualizado. Iremos começar pois por, problematizar de que modo, o modelo organizacional que temos, propicia e favorece o desenvolvimento da autonomia, se o modelo organizacional que temos, propicia e favorece a participação de todos os actores, ou se por outro lado, devido ao excesso de controlo e excesso de burocracia, o desenvolvimento de uma prática educativa direccionada para a autonomia, se encontra comprometida. Neste ponto, será pertinente analisar a relação existente entre autonomia e participação, equacionando a construção e desenvolvimento das práticas educativas, como resultado de um processo de autonomia, que não só valoriza como reconhece a

participação como expressão da vontade e poder das pessoas e organizações tomarem decisões, tendo meios e condições para a sua concretização.

Iremos ainda, problematizar de que modo o projecto educativo, sendo um dos pontos fortes de definição da vida organizativa da escola, poderá, no quadro da reconceptualização da mesma e da redefinição do seu papel na sociedade, contribuir para a construção de um espaço de autonomia. Para além deste instrumento, são definidos no novo regime jurídico, como instrumentos de autonomia igualmente o Regulamento interno o Plano Anual de actividades o Relatório anual de actividades, a Conta de Gerência e o Relatório de autoavaliação.

Efectivamente, através da LBSE, do Decreto-Lei nº 115-A/ 98, de 4 de Maio, ainda em vigor e, também pelo Decreto-Lei que aguarda ser promulgado, reconhece-se o direito de ensinar e aprender, dentro dos princípios de uma sociedade pluralista e democrática. Reconhece-se, ainda, a Escola como sendo o lugar privilegiado para o exercício da autonomia profissional. Esta autonomia deve ser construída de modo a consagrar soluções organizativas susceptíveis de responder às especificidades e particularidades das instituições escolares e dos contextos em que estão inseridas, como consolidar um novo entendimento da Escola como **centro** da acção educativa. (Cf. Capítulo IV da LBSE e Capítulo II do Decreto-lei a ser promulgado)

Tal entendimento pressupõe, por um lado, a criação de condições que possam favorecer o exercício da respectiva autonomia pedagógica e administrativa, com a consequente transferência de competências que se tem verificado ultimamente e, por outro lado, a afirmação de uma cultura de responsabilidade e autonomia, a par de maior flexibilidade, adequação e eficácia da oferta educativa às necessidades específicas dos alunos.

Apesar destes pressupostos e apesar da autonomia ser o princípio e a finalidade do Decreto-Lei do regime jurídico de Autonomia, Administração e Gestão, as escolas e mais concretamente, os professores, têm vindo a ser alvo de uma malha burocrática, que, não só dificulta a participação dos vários actores, como torna a organização dos estabelecimentos de ensino, demasiado complexa, criando constrangimentos funcionais.

Falando de participação, é um facto que vivemos num período em que existe um défice de participação social a todos os níveis, levando a que os pais e encarregados de educação ainda se mantêm à margem de decisões e da concretização do Projecto

Educativo e do Plano Anual de Actividades, apesar de existirem estruturas que lhes possibilitam dar um contributo mais efectivo. Quanto aos professores, as limitações impostas devido a um excesso de burocratização e controlo, por parte do poder central, constituem factores de empobrecimento da autonomia e da criatividade do professor como produtor de saber e não mero aplicador de saberes.

A LBSE, no ponto 5 do artigo 2º refere : “ O professor é um interveniente activo (...) formando cidadãos capazes de julgarem, com espírito crítico e criativo, o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”. É, pois, necessário, que o professor tenha uma participação activa no processo educativo e que esta participação seja alargada aos outros actores deste processo, pela realização de uma vivência democrática e participada na Escola, implicando a partilha de responsabilidades, no estrito respeito dos saberes e competências de cada um dos intervenientes. A gestão deste agrupamento tem procurado encontrar pontos de convergência e articulação para que o desenvolvimento deste processo possa ocorrer desde a sala de aula. Aliás “ O problema actual da gestão escolar é o de saber como é possível dispor de boas formas de coordenação da acção pública sem que isso ponha em causa o funcionamento democrático das organizações. Neste sentido o ‘director’ de uma escola deve assegurar, no quadro de uma gestão participada, a mediação entre lógicas e interesses diferentes (pais, professores, alunos, grupos sociais, interesses económicos, etc.) tendo em vista a obtenção de de um acordo ou compromisso quanto à natureza e organização do bem comum educativo que a escola deve garantir aos seus alunos.” Barroso, 2007 p-11)

“ A autonomia da Escola, a autonomia da pedagogia, não são concretizáveis à margem da mobilização organizacional dos sujeitos pedagógicos, isto é, sem as acções e as decisões individuais e colectivas dos indivíduos, grupos e subgrupos concretos que fazem a educação e que são a escola”.(L. Lima, 2000 : 94), “ou seja professores, enquanto profissionais especializados na prestação do serviço na prestação do serviço educativo; dos alunos e seus responsáveis familiares, no exercício do controlo social que deve existir sobre a escola, enquanto cidadãos e primeiros destinatários do serviço público de educação”. (Barroso, 2007 p-11)

O modelo organizacional proposto pelo D.L. 115-A/98, tendo acentuado a burocratização, limitou precisamente, a participação dos diferentes elementos, individuais ou colectivos. A participação tem de ser entendida, por todos os

intervenientes, (...)“como integração e colaboração e não representação e intervenção política com vencedores e vencidos”.(L. Lima 1994 : 131)

É urgente, na conjuntura actual, pensar um modelo de organização que propicie e favoreça a participação de todos os actores. Neste sentido, no preâmbulo do Novo Regime Jurídico refere-se que as alterações foram impostas por um lado, “pela necessidade de reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino. (...) Uma tal intervenção constitui um primeiro nível, mais directo e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve.”

No entanto a participação só faz sentido se as pessoas e as organizações tiverem a autonomia ou liberdade de decisão e se dispuserem de meios e de condições que permitam realizar as decisões tomadas. O modelo organizacional imposto pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, depois de decorridos 10 anos desde a sua implementação leva-nos a concluir que, o excesso de controlo e o excesso de burocracia de um centralismo estatal dominante, escondem mecanismos, que favorecem a passividade e a não participação dos vários actores do processo educativo.

O desenvolvimento da autonomia das escolas exige, também, que se tenham em consideração as diversas dimensões da escola, quer no tocante à sua organização interna e às relações entre os níveis central, regional e local da Administração, quer pelo assumir por parte do poder local de novas competências com adequados meios, quer ainda na constituição de parcerias sócio-educativas que garantam a iniciativa e a participação da sociedade civil.

A escola, enquanto centro das políticas educativas, tem, assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com uma nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança. O reforço da autonomia não deve, por isso, ser encarado como um modo de o Estado aligeirar as suas responsabilidades, mas antes pressupõe o reconhecimento de que, mediante certas condições, as escolas podem gerir melhor os recursos educativos de forma consistente com o seu projecto educativo. Neste sentido, o Novo Regime Jurídico, refere a necessidade de reforçar a autonomia das escolas que tem sido reclamada por todos os sectores de opinião, o que gradualmente se tem vindo a sentir, não só pela assinatura de contratos de autonomia como pela transferência gradual de competências.

A autonomia não constitui, pois, um fim em si mesmo, mas uma forma de as escolas desempenharem melhor o serviço público de educação, cabendo à administração educativa uma intervenção de apoio e regulação, com vista a assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades e a correcção das desigualdades existentes.

Já anteriormente o Decreto-Lei nº 115-A/98, incorporando a experiência dos anos de democracia, afasta uma solução normativa de modelo uniforme de gestão e adopta uma lógica de matriz, consagrando regras claras de responsabilização e prevendo a figura inovadora dos contratos de autonomia. Se, por um lado, a administração e a gestão obedecem a regras fundamentais que são comuns a todas as escolas, o certo é que, por outro lado, a configuração da autonomia determina que se parta das situações concretas, distinguindo os projectos educativos e as escolas que estejam mais aptas a assumir, em grau mais elevado, essa autonomia, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir a compensação exigida pela desigualdade de situações.

A autonomia constitui um investimento nas escolas e na qualidade da educação, devendo ser acompanhada, no dia-a-dia, por uma cultura de responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa. Consagra-se, assim, um processo gradual que permite o aperfeiçoamento das experiências e a aprendizagem quotidiana da autonomia, em termos que favoreça a liderança das escolas, a estabilidade do corpo docente e uma crescente adequação entre o exercício de funções, o perfil e a experiência dos seus responsáveis.

É necessário que os diferentes actores educativos, professores, pais e encarregados de educação, funcionários, alunos, se envolvam de forma mais participativa na construção da autonomia das escolas.

A valorização dos diversos intervenientes no processo educativo, designadamente professores, pais, estudantes, pessoal não docente e representantes do poder local, trata-se de favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades.

Discursa-se, legisla-se, mas tem faltado o reconhecimento à escola de uma verdadeira autonomia que possibilite uma efectiva participação dos vários actores do processo educativo. Os aspectos normativos abrem possibilidades mas não têm resolvido a diversidade de problemas que se colocam nas escolas, pelo que, esperamos que, pelo novo regime de autonomia, administração e gestão se avance definitivamente

de forma sustentada para o reforço da autonomia das escolas, já que no mesmo se consagra a possibilidade de as escolas se organizarem e criarem estruturas para o exercício dessa mesma autonomia. Aqui um apelo aos pais e encarregados de educação para o seu efectivo envolvimento, para um aproximar da escola, para uma partilha de responsabilidade. Mais autonomia, mais poder, corresponde sempre a uma maior responsabilidade que deve ser partilhada por todos os actores educativos.

O Projecto Educativo, sendo a expressão privilegiada do exercício da Autonomia da comunidade educativa, deveria levar à construção da autodeterminação da escola, adquirindo a sua própria identidade e, logicamente a expressão da sua liberdade. No entanto, até ao presente, o Projecto Educativo tem denunciado as ambiguidades e as fragilidades dessa mesma autonomia, pelo que há que inverter este processo.

A este propósito, João Barroso, citado por Canário (1992:30), diz: “a cada escola a sua ambição, o seu projecto! É esta ambição que vai definir o modo de relacionamento da escola com a administração e com a sociedade, e a sua margem de manobra na realização dos fins que lhe estão atribuídos”.

Sendo assim, não há molduras pré-estabelecidas para a autonomia. A construção do projecto educativo é que vai determinar esses limites e, portanto, construir e concretizar a própria autonomia. Para João Barroso, a existência de um projecto decorre de duas lógicas distintas que por vezes podem ser conflituais, mas que há toda a vantagem em conciliar: a lógica do desejo e a lógica da acção. Assim nas escolas, os projectos educativos servem geralmente duas realidades: uma ligada ao desejo de mudança que se instala na comunidade escolar; outra ligada à necessidade de resolver uma situação problemática identificada.

A construção do projecto educativo deve ser, no seu processo de elaboração, um espaço de liberdade, de participação e de conquista. Espaço de liberdade pois a iniciativa deve partir dos actores directamente envolvidos na acção educativa; de participação, porque a respectiva construção deve contar com o contributo de um grande e diverso número de parceiros e não há projecto sem consenso nem há consenso, pelo menos parcial, sem debate; de conquista, pois a elaboração e concretização do projecto pressupõe etapas, metas, recursos e metodologias próprias e específicas. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projecto educativo, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Actividades têm de pensar a educação enquanto processo nacional e

local e procuram mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como rosto visível da especificidade e da autonomia da organização escolar.

Por fim, será avisado não entendermos os documentos acima referidos, sobretudo o projecto educativo, como a *panaceia de todos os males*, pois podemos cair na tentação de esperar deles soluções que têm de ser procuradas noutras instâncias. Por outro lado, será muito redutor pensar os mesmos documentos como os controladores implacáveis de todas as acções dos parceiros nele envolvidos. Pelo contrário, devem ser capazes de ajustes, reformulações como resultado de uma avaliação permanente.

Concluindo, apesar de um certo discurso descentralizador, o nosso sistema educativo, até ao presente momento, teve práticas centralizadoras que tolheram a promoção de um ambiente criativo, participativo e de partilha. É o caso do modelo de gestão Decreto-Lei 115-A/98 que, apesar de promotor de autonomia, se encontra imerso num conjunto de legislação suplementar que lhe coarcta a acção, pelo que esperamos que, o reforço da participação, da liderança e da autonomia consignados no novo diploma, permita o exercício efectivo desta autonomia.

Como se disse a autonomia é uma conquista e uma construção e o seu principal instrumento o projecto educativo. É na sua construção e execução que o envolvimento, a participação e a partilha atingem verdadeiro significado.

Se o objectivo do modelo consignado no Decreto-Lei nº 115-A/98 era tornar gradualmente as escolas verdadeiros locais de decisão onde, tendo em conta as directrizes nacionais, se definiram políticas educativas locais adequadas à realidade, parece óbvio que a direcção da escola tinha de estar centrada na própria escola o que não se tem verificado. Nas vésperas da promulgação do novo modelo de gestão, restam-nos aguardar a concretização dessa autonomia, para que não continue a ser “uma ficção, na medida em que raramente ultrapassou o discurso político e a sua aplicação esteve sempre longe da concretização efectiva das suas melhores expectativas”. (Barroso, 2004, pp.49-50 citado por Barroso, 2007 p-11)”

Após a exposição da Presidente do Conselho Executivo, sobre o tema em questão, registaram-se algumas intervenções, tendo sido suscitadas diversas questões/problemas, sendo de realçar as seguintes:

- Os Encarregados de Educação sentem muitas dificuldades em participar na vida escolar, devido à falta de sensibilidade manifestada pelas entidades empregadoras.

- É necessária, pois, a intervenção dos órgãos competentes, no sentido de sensibilizar os responsáveis pelas empresas para a importância da participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educados, pois desta forma estarão a contribuir, não só para o sucesso dos alunos, mas também para a formação de futuros empregados de qualidade.
- A dificuldade em avançar com o processo de autonomia das escolas passa pelos reduzidos orçamentos e limitações impostas pela distribuição das verbas por rubricas, facto que impede a canalização dos recursos financeiros para os projectos que as próprias escolas estabeleçam.
- O processo de autonomia prevê que a escola seja uma instituição geradora de receitas. No entanto, a inserção destas em determinados meios sociais, economicamente mais desfavorecidos, não lhes permite conseguir essas receitas e, como tal, é absolutamente necessário que o poder central continue a providenciar o apoio financeiro.
- Os Encarregados de Educação manifestaram-se, de uma forma geral, a favor do processo de autonomia, salientando, no entanto, a necessidade de responsabilizar e envolver cada vez mais os pais no projecto educativo.
- Salientaram a necessidade da construção de parques escolares para que as escolas possam ser avaliadas e desenvolvidas de uma forma equitativa.

Conclusão Geral: A autonomia implica, para além de um esforço no sentido da desburocratização, mudança, partilha, diálogo, envolvimento, disponibilidade e tempo por parte de todos os intervenientes deste processo.

Arnoso Santa Maria, 29 de Maio de 2008

Organização, M^a Conceição Ferreira Alves

Projecto Educativo: útil ou dispensável?

Agrupamento de Escolas de Ribeirão

INTRODUÇÃO

No âmbito do desafio lançado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão relativamente ao tema **Gestão Democrática**, mais propriamente **Projecto Educativo**, o nosso agrupamento organizou um debate, aberto a toda a comunidade educativa. Para esse debate fez chegar convites aos diferentes agentes educativos, afixou cartazes na sede do agrupamento e colocou aviso/informação no Boletim Paroquial Semanal. O encontro teve lugar no auditório do agrupamento, no dia 30 de Abril, pelas 17:30.

A comunidade educativa esteve representada com os seguintes elementos: associação de pais do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, departamentos e respectivos grupos disciplinares, assembleia de escola, educadoras, professores de todos os níveis de ensino.

O debate iniciou-se com a explicação de como surgiu o nosso Projecto Educativo, quais os elementos que nele estiveram envolvidos, bem como a aplicação de inquéritos e seu tratamento estatístico. O debate revelou-se de grande interesse: houve troca de experiências, de opiniões, discutiu-se o projecto educativo do agrupamento, a sua importância, a sua pertinência...

De seguida, pretende-se registar a reflexão que se fez no fórum local.

O Projecto Educativo é um dos instrumentos privilegiados da autonomia da escola. Só com verdadeira autonomia é que se pode construir uma nova escola e só no âmbito desta faz sentido a emergência do projecto educativo.

Este documento nuclear da orientação educativa é também uma nova forma de organizar o trabalho, é um instrumento com projecção para o futuro que esclarece o porquê e o para quê das actividades escolares, que diagnostica os problemas reais e os seus contextos, que prevê e identifica os recursos necessários de forma realista, que descobre e desenvolve os factores capazes de empenharem os actores na consecução dos objectivos da escola.

O PE é o “documento/instrumento emblemático da identidade da escola e deve obedecer a uma lógica de construção democrática, pluralista, fazendo ressaltar os valores e objectivos educacionais (e escolares) colectivamente partilhados pelos diversos actores da comunidade educativa.” (Torres, 2002, p.16). É um conceito de autonomia vista como um valor a ser construído e reconstruído em contexto escolar (e não escolar) e não como sinónimo de auto-governo.

O projecto individualiza todas as unidades pedagógicas que constituem o agrupamento, materializa o seu retrato, pressupõe uma vontade colectiva e um envolvimento comunitário, uma “administração educativa descentralizada, uma cultura organizacional da escola, uma competência técnica de gestão”.

O projecto educativo deve ser atractivo, benéfico e funcional para a comunidade educativa, distinto de qualquer outro, selectivo em todas as decisões, coerente com os princípios que estabelecer, distribuidor de responsabilidades, flexível no seu desenvolvimento, rendível quanto aos recursos, inovador, atento às realidades locais, nomeadamente diferenciando as pedagogias para promover a igualdade.

Em suma, o projecto educativo compromete e vincula todos os membros da comunidade educativa num objectivo comum: a definição das políticas educativas do agrupamento não nasce no meio deste, mas emerge do seio de toda a comunidade.

Princípios e Valores

“A criança não é um recipiente que devemos encher, mas um fogo que é preciso atear”

Montaigne

Vivemos no seio de uma sociedade exigente mas ela própria desorientada, não parecendo haver rumos claros e bem definidos. Tentamos que a escola seja a correctora de todos os vícios e insuficiências culturais, mas, paradoxalmente damos pouca importância à escola e ao papel fundamental daqueles que se dedicam à árdua tarefa de ensinar. O ensino tem de continuar a ser encarado como a grande aposta da sociedade em geral. A escola em crise vai gerar uma sociedade em crise e este círculo tem de ser quebrado.

É certo que todos temos receio de actuar, sentimos desânimo e ficamos impotentes perante algumas alterações e daí o preferirmos adoptar as linhas orientadoras do Ministério ou de outros que tão bem escrevem sobre o acto de educar, deixando de lado as nossas opiniões, por nos parecerem insignificantes ou por não nos sentirmos seguros o suficiente para arriscar. Devemos ter a humildade de adoptar o que é bem e de inovar naquilo que sentimos que no dia-a-dia não dá bons resultados.

Hoje em dia o professor já não joga com a curiosidade dos alunos que estavam sempre desejosos da escola para aprenderem coisas novas, hoje é o contrário: é difícil conseguir captar as atenções quando eles já possuem conhecimentos muitas vezes desordenados, veiculados pelos Media e Tecnologia de Informação, ou pelo grupo de amigos. O estudo implica trabalho, a escola “prende-os” a uma maior ou menor organização e regras que é necessário cumprir. O ser humano, desde que nasce, começa a imitar comportamentos, daí que quanto melhor a sociedade for, mais aberta e eficaz será a escola, sem, contudo, esquecer o papel pedagógico da família que tem o dever de se antecipar à escola. Ora, hoje em dia este papel não parece ser cumprido. Os professores investem o seu tempo a socializar pessoas, não contando, muitas vezes, com o apoio da família.

As famílias parecem estar em crise, não se ocupando do seu papel e a escola tem de dividir-se nas suas tarefas, acabando por não cumprir objectivos, satisfazer os que dela dependem e acaba assim na crítica da sociedade, como sendo a única causadora de jovens mal preparados para enfrentar uma sociedade que, como se vê, só exige e nada dá em troca.

Hoje, a escola tem um papel bem diferente, tem de cuidar, amar, e ajudar as crianças que têm vivido sem avós, sem avós e sem os mimos das mães que antigamente

estavam em casa. Estes elos familiares originavam crianças emocionalmente mais capazes para resistir às exigências da sociedade.

A sociedade mudou muito e a escola, será que mudou o suficiente para lidar com esta nova massa humana? A escola está já preparada para dar resposta a todas e a cada uma destas crianças? Poderá e estará equipada, para, de facto, proporcionar uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação e que inclua todas as crianças e que aceite as diferenças, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais?

Áreas Prioritárias e de Intervenção

Pretende-se que o Projecto Educativo (PE) aponte caminhos para a resolução de problemas com que a escola se depara. É fundamental que este PE integre as expectativas de toda a comunidade escolar de forma a identificar objectivamente os problemas e necessidades sentidos no dia a dia.

Identificação de problemas teve por base a análise de documentos de trabalho existentes no agrupamento e decorrentes de reflexões efectuadas pelos vários órgãos do mesmo, nomeadamente: Assembleia de Escola; Conselho Pedagógico; Departamentos; Conselhos de direcção de turma; Conselhos de turma; Conselhos de ano; Conselhos de escola; Reuniões de pais.

Paralelamente, realizaram-se inquéritos aos elementos da comunidade educativa para aferir, controlar e avaliar a qualidade de funcionamento do Agrupamento, cujo objectivo principal é identificar os pontos fortes e, paralelamente, fracos e procurar a sua correcção e potenciação.

Com a aplicação deste Projecto Educativo espera-se:

- **Diminuir a percentagem de insucesso escolar;**
- **Elevar as expectativas dos alunos relativamente ao prosseguimento de estudos;**
- **Diminuir o abandono escolar;**
- **Envolver os encarregados de educação no processo educativo dos alunos;**

- **Envolver, de forma mais activa, toda a comunidade educativa na implementação do Projecto Educativo;**
- **Melhorar a articulação entre todos os ciclos de ensino do Agrupamento;**
- **Valorizar os Conselhos de Turma enquanto espaços privilegiados de promoção do sucesso educativo;**
- **Valorizar todos os espaços escolares;**
- **Dinamizar o laboratório de matemática;**
- **Envolver mais os alunos na dinamização dos clubes e outras actividades de enriquecimento curricular.**

Avaliação

O Desenvolvimento do Projecto será avaliado no último ano da sua vigência e traduz-se na avaliação dos planos de actividades que venham a ser definidos, sem prejuízo da avaliação dos projectos respeitante a cada um dos domínios. Tanto a

avaliação do desenvolvimento do projecto como a sua avaliação final deverão obedecer aos seguintes objectivos:

- identificar os problemas e obstáculos que impedem um desenvolvimento do projecto; assinalando as manifestações concretas destes problemas bem como os efeitos não desejados que estes produzem;**
- analisar as causas dos problemas e assinalar possíveis soluções;**
- identificar os pontos fortes do projecto e as mudanças que possa gerar nos distintos sectores a que se aplica;**
- descrever o impacto do projecto na comunidade educativa;**
- valorizar globalmente o projecto, reflectindo a viabilidade do esforço que requer para o seu melhor funcionamento.**

Divulgação do Projecto Educativo

O Projecto Educativo será divulgado através dos órgãos do Agrupamento, nomeadamente a Assembleia de Agrupamento, Conselho Executivo e Conselho Pedagógico. Será colocado um exemplar, nos Centros de Recursos Educativos, para consulta. Será disponibilizado na página Web do Agrupamento. Cabe, aos Educadores, Professores Titulares de Turma e aos Directores de Turma, a divulgação do respectivo Projecto Educativo aos alunos, pais e encarregados de educação.

Papel da comunidade da escola: parceira ou fiscal?

Escola Cooperativa Didáxis S. Cosme

Comunidade da escola – parceira ou fiscal? - foi o tema proposto para reflexão no Fórum local de educação dinamizado pela DIDÁXIS – S. COSME.

O Fórum decorreu no dia 30 de Abril, na Sala de Eventos da escola e contou com a presença de mais de 150 pessoas, entre alunos, pais, professores, funcionários, autarcas, representantes das escolas do agrupamento, das associações locais, das IPSS, do PROFIT e da Câmara Municipal, na pessoa do Doutor Marco Magalhães.

Na preparação do Fórum a DIDÁXIS – S. COSME desde logo se assumiu como uma parceira da comunidade onde está inserida, como uma escola comunitária, ficando, desde logo, posta de parte a dúvida lançada pelo ponto de interrogação.

Partindo desse pressuposto, definimos a metodologia de trabalho decidindo que o tema devia ser abordado de uma forma dinâmica, fugindo às discussões mais ou menos académicas e teóricas que a interrogação propunha.

O Fórum foi dividido em três grandes momentos:

1º - DIDÁXIS – uma escola na comunidade.

2º - A comunidade e a Didáxis.

3º Jantar – convívio.

Após a recepção aos convidados, feita pelas alunas do 10º ano do Curso Profissional de Secretariado, os presentes puderam apreciar um breve momento cultural de danças de salão apresentado por um par de alunos da escola.

Abriu a sessão o Presidente da DIDÁXIS - COOPERATIVA DE ENSINO, Doutor José Fernandes, que agradeceu a presença de todos e apresentou os objectivos do Fórum local, dando, logo de seguida, a palavra ao Doutor Marco Magalhães, representante da Câmara Municipal de Famalicão.

O Doutor Marco Magalhães começou por apresentar-se como ex aluno da DIDÁXIS S. COSME, recordando como se sentiu feliz e acompanhado nos anos que a

frequentou. De seguida, explicou os objectivos do Fórum local de educação, cujas conclusões serão apresentadas no Fórum Municipal de Educação, a realizar no auditório de Ceide.

O projecto, da autoria de dois estagiários da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Paulo Marinho e Elisa Carvalho, pretende envolver pais, agentes locais e regionais de educação, professores e as escolas em geral. A ideia subjacente e o grande objectivo é construir uma escola melhor.

O doutor José Fernandes foi o responsável pela segunda intervenção da noite, referindo que a escola tem de ser comunitária, de professar as mesmas ideias e anseios e procurar soluções em conjunto com a comunidade. Elogiou todos os parceiros sociais pelo trabalho conjunto com a Câmara Municipal e as escolas, no sentido de uma maior participação dos jovens do concelho no processo educativo. Para que os alunos desempenhem de forma mais capaz as suas competências, é fundamental uma intervenção da escola na comunidade, dando a conhecer os seus projectos, as suas actividades e exigindo dos pais e da comunidade colaboração para que se consigam atingir os resultados esperados. A DIDÁXIS S. COSME sempre funcionou em colaboração com as instituições da comunidade. Também na oferta de formação a preocupação em colaborar com a comunidade está patente, apresentando cursos que vão de encontro às necessidades do meio. Oferece também uma série de actividades extra-curriculares onde cada aluno encontra um espaço para poder desenvolver plenamente as suas capacidades. A escola tem ainda como objectivo a integração dos alunos com necessidades educativas especiais, afirmando-se como uma escola inclusiva. Referindo que a educação é um domínio nobre e uma grande responsabilidade social, devendo existir na escola um elo de confiança e um empenhamento superior para se poder chegar a metas de cidadania de excelência, terminou a sua intervenção declarando que a escola tem orgulho em pertencer a esta comunidade escolar.

A professora Maria Emília Cardoso, Directora do 3º Ciclo da DIDÁXIS, foi a responsável por apresentar exemplos práticos do modelo da gestão democrática da escola, esclarecendo que para a DIDÁXIS - uma escola inserida no contexto do ensino particular e cooperativo - gestão democrática significa uma gestão pautada pelos valores democráticos. Uma gestão transparente, aberta aos alunos e aos pais/ encarregados de educação, integradora, colaborante e que trabalha no respeito pelos papéis que cada um desempenha no processo educativo. Numa colaboração cada vez mais estreita, a escola tem desenvolvido um trabalho de valorização dos representantes dos alunos, quer ao

nível da Associação de Estudantes, quer ao nível dos Delegados de turma, a quem tem sido atribuída uma importância cada vez mais acrescida, considerando-os parceiros fundamentais da escola na promoção, dentro da sala de aula, de um ambiente de trabalho produtivo e eficaz. Igualmente os representantes dos pais - via Associação de Pais e Representantes dos pais de cada turma - têm sido cada vez mais envolvidos no processo educativo dos seus educandos através da preparação conjunta das reuniões de Pais com os Directores de Turma, da participação na elaboração do Projecto Curricular de Turma e da participação no Conselho Pedagógico. Acrescentou ainda que a participação dos pais/EE nas reuniões formais com os Directores de Turma é superior a 80%, desde o 5º ao 12º anos, dos ensinos Básico, Secundário, Profissional e dos Cursos de Educação e Formação. Para concluir a sua intervenção, a professora Maria Emília Cardoso referiu que a escola trabalha intencionalmente no sentido de uma cada vez maior colaboração com os alunos e a família, para que se promova um ambiente composto por redes de relações propiciadoras de uma acção pedagógica e organizacional que promova a formação e o desenvolvimento integrado dos alunos.

Ainda inserido no primeiro momento do fórum, passamos à apresentação de projectos e parcerias com a comunidade.

A Professora Doutora Iolanda Ribeiro, da Universidade do Minho, apresentou o Projecto Litteratus, cujo principal objectivo é a procura da excelência. Envolve actividades de promoção da literacia e das competências dos alunos. Abarca uma população-alvo desde o jardim de infância até ao 9º ano. Informou ainda que o trabalho se tem virado mais para o interior da escola, tendo já elaborado dois livros para os alunos dos 4º e 6º anos. Para o próximo ano serão envolvidos os pais no projecto, num trabalho a realizar com a colaboração da Associação de Pais. Concluiu que sem trabalho, sem treino de competências, não é possível chegar à excelência.

O professor Alcino Faria, Vice-Presidente da Direcção Pedagógica, apresentou exemplos de colaboração entre a Escola e as várias instituições da comunidade - Jardins de Infância, Escolas do 1º ciclo, IPSS, GNR, Câmara Municipal de Famalicão, autarquias...- através da cedência de transportes e das instalações e da participação nos mais variados eventos por elas promovidos. Referiu ainda a disponibilidade da escola em prestar serviço de apoio à comunidade através da abertura da sua Biblioteca e do Centro de Recursos a quem o solicitar.

A professora Isabel Matos, Vice-Presidente da Direcção Pedagógica, referiu a importante ligação da escola às empresas da região, numa abertura que permite

estabelecer protocolos para estágios dos alunos dos cursos Tecnológicos e Profissionais. Como prova da excelente colaboração com o tecido empresarial do meio, são os cerca de cem protocolos existentes e o bom índice de empregabilidade dos nossos alunos, facto que nos enche de orgulho. Por último, informou ainda que foi aberta na escola uma «Oficina do Empreendedor» - um projecto em colaboração com a BIC Minho - e a integração dos projectos dos alunos do 12º ano de Ciências e Tecnologias, no Projecto Nacional de Empreendedorismo, com o objectivo de motivar os alunos a serem mais criativos e empreendedores.

A Enfermeira Arminda, da Saúde Escolar, referiu que a DIDÁXIS S. COSME tem sido uma parceira activa nas actividades organizadas pelo Ministério da Saúde e as Escolas, com o objectivo de promover estilos de vida saudáveis e actuar preventivamente sobre a saúde dos alunos e comunidade educativa. Apelou ainda à colaboração entre a escola e os pais/EE para que se possam dar passos significativos nesse sentido.

A Doutora Raquel Carvalho, do PROFIT, apresentou o curso de Educação Parental, pioneiro no concelho, e ao qual a DIDÁXIS prestou a sua colaboração desde o início, assegurando toda a logística necessária e cedendo uma formadora da escola, a professora Maria Emília Cardoso. O principal objectivo desta formação, que tem a duração de três meses, é aproximar os pais dos seus filhos, tornando-os mais competentes no exercício das suas funções parentais. Concluiu acrescentando que a DIDÁXIS é uma parceira aberta a trabalhar e a crescer com os pais e os alunos.

Depois de nos afirmarmos como uma escola comunitária e assumidamente uma parceira de todos os agentes que com ela interagem, passamos para o segundo momento do fórum dando espaço para que a comunidade se manifestasse sobre as suas relações com a DIDÁXIS, pois só seremos efectivamente parceiros se a comunidade nos reconhecer como tal.

Iniciou o Presidente da Associação de Pais, senhor António Araújo, que salientou o facto da DIDÁXIS ter contribuído para revitalizar esta comunidade com bastantes fragilidades sócio-económicas e de prestar um grande serviço à população ao proporcionar um leque variado de ofertar formativas, contribuído dessa forma para impedir o abandono escolar, enriquecendo o seu tecido social. Terminou afirmando que a Associação de Pais se sente um parceiro activo da DIDÁXIS.

Em representação da Conferência Vicentina, o senhor Manuel Araújo referiu a preciosa colaboração que a DIDÁXIS S. COSME presta a todas as actividades

promovidas pela instituição acabando por valorizar o papel que a escola tem na comunidade, actuando como elemento fundamental para o seu desenvolvimento.

O senhor João Jorge Correia, um pai/EE e representante dos pais da turma do seu filho, realçou o papel da DIDÁXIS como uma parceira sempre pronta a colaborar na resolução dos mais variados problemas da comunidade, pois já teve essa experiência enquanto membro da Associação de Pais da escola do 1º ciclo do seu filho mais novo e agora, como pai de um aluno do 9º ano, tem sentido uma ajuda muito importante da escola na resolução de alguns problemas surgidos com a educação do seu filho adolescente, através do curso de educação parental.

No seguimento da intervenção do senhor João Jorge, a D.Rosa Araújo, uma mãe de uma aluna do 5º ano e representante dos pais dessa turma, referiu igualmente a importância do curso de Educação Parental e agradeceu a colaboração das formadoras, que considerou excelentes e que a ajudaram a ser melhor mãe.

A Enfermeira Josefina, mãe de uma aluna do 7º ano e representante dos pais, frisou que sente a escola como uma parceira e que os pais não têm uma atitude de fiscais mas antes de colaboradores. Classificou a escola de excelente na abertura e no pioneirismo com que desde sempre encarou a colaboração com os pais ao nível da saúde e das competências a desenvolver com os alunos.

Por fim, fez a sua intervenção a Doutora Inês, em representação do Centro Social e Paroquial de Vale S. Cosme, referindo que a comunidade externa da escola deve actuar mais como uma parceira do que fiscal, sugerindo que o termo fiscal fosse substituído pelo de reguladora, na medida em que pode emitir opiniões sobre o que se passa na escola e as suas necessidades podem condicionar determinadas posições ou rumos da própria escola. Fez ainda uma breve resenha das parcerias e colaborações existentes entre a sua instituição e a DIDÁXIS, concluindo que o relacionamento tem sido excelente.

As conclusões finais estiveram a cargo do Doutor Marco e do Doutor José Fernandes que foram unânimes em considerar a DIDÁXIS como uma importante parceira da comunidade onde está inserida, agradecendo a colaboração de todos os agentes envolvidos no complexo processo de formação de jovens: docentes, funcionários, pais, instituições, empresários, autarquias. Só trabalhando em rede e fazendo confluir esforços será possível cumprir-se o desígnio nacional da educação para a cidadania.

A segunda parte terminou com a apresentação da peça «O Mostrengo», pelos alunos do 9.3, sob a direcção do professor Carlos Silva de Oficina de Teatro.

Durante o jantar - também ele fruto de um trabalho de colaboração entre funcionários, alunos do Curso de Cozinha e do Curso de Serviço de Mesa – foi possível estreitar mais os laços de companheirismo entre todos aqueles que participaram no evento e as opiniões generalizadas iam todas no sentido de valorizar a troca de experiências que o Fórum permitiu.

«É preciso toda uma aldeia para educar uma criança» - diz o provérbio africano que Miguel Ángel Santos Guerra colocou na moda.

É preciso toda uma aldeia que funcione em colaboração, que partilhe projectos e persiga objectivos comuns, acrescentámos nós.

Estão de parabéns os promotores da iniciativa e os estagiários Paulo Marinho e Elisa Carvalho, por trazerem esta ideia que pôs a comunidade educativa alargada do Concelho de Vila Nova de Famalicão a mexer e a pensar nas importantes questões da educação.

Papel da comunidade da escola: parceira ou fiscal?

Alfacoop – Externato Infante D. Henrique

Data da realização: 5 de Maio de 2008

Local: Centro de Recursos Educativos do Externato Infante D. Henrique

Dinamização: Dr. José Ferreira, Director Pedagógico do Externato Infante D. Henrique
Dr. Leonel Rocha, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Doutor Fernando Ilídio Ferreira, Docente da Universidade do Minho

Nº de Participantes: 95

Professores dos Ensinos Básico e Secundário, Técnicos de Serviços de Apoio Psicopedagógico, Pais e Encarregados de Educação, Dirigentes das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Autarcas, Dirigentes Associativos e Párocos

É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna -se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efectiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida de cada escola. Uma tal intervenção constitui também um primeiro nível, mais directo e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve.

Preâmbulo do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril

(Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário)

Questões para reflexão e debate

1º grupo de questões (Reflectindo sobre conceitos)

1. Que entendemos por educação de qualidade?
2. Que entendemos por participação activa da comunidade na educação?
3. Que entendemos por parceria entre a escola e a comunidade local?

2º grupo de questões (Reflectindo sobre o papel da comunidade na escola)

4. Considerando as realidades que conhece, como define o grau de participação da comunidade na escola?
5. Quais as entidades da comunidade local que mais participam na escola?
6. Em que aspectos essa participação é mais activa? E menos activa?
7. Por que motivos as entidades da comunidade local, incluindo as famílias, não se envolvem mais na escola?
8. As formas de comunicação e a informação prestada pela escola são adequadas para o envolvimento activo da comunidade?
9. Que considera necessário para que a comunidade local participe mais activamente na escola?
10. Quais os objectivos e as vantagens da participação da comunidade na escola?

Conclusões:

I Grupo

Participação activa da comunidade na educação

- É o envolvimento, co-participação e co-responsabilização na prossecução de objectivos comuns;
- Quando há participação activa os diferentes agentes da comunidade sentem a mesma vontade e o mesmo dever de participar. Participar sempre e não apenas quando solicitados e, ao mesmo tempo, sentir que essa participação é desejada;
- Os agentes sentem-se no mesmo patamar, não há intrusos;
- A escola é “apenas” um dos elos da rede;
- Partilha de meios, saberes e valores através de uma efectiva capacidade de intervenção por parte dos agentes locais nomeadamente associações, instituições, autarquias,

famílias, empresas e serviços locais com o objectivo de promover a qualidade do ensino.

Parceria entre a escola e a comunidade local

Uma parceria entre a escola e a comunidade local pressupõe:

- Vontades e interesses mútuos;
- Estabelecimento de objectivos comuns;
- Participação activa nas decisões e acções, nomeadamente na elaboração do Projecto Educativo;
- Compromisso e responsabilidade assumidos, partilhados em torno de projectos, objectivos e resultados esperados e sustentados na procura e defesa do bem comum;
- Trabalho em rede;
- Rentabilização de recursos e meios;
- Criação de sinergias;
- Benefícios para ambas as partes;
- Envolvimento efectivos e activo dos parceiros.
- A ADESTE - *Associação de Desenvolvimento Educativo, Social e Cultural das Terras do Este*, pela sua natureza e objecto, princípios e objectivos, será um meio para dinamizar e potenciar parcerias no contexto da comunidade educativa local.

II Grupo

Grau de participação da comunidade na escola

- No caso da nossa escola, consideramos que o grau de participação da comunidade é bom, é muito activo, nota-se muita receptividade à participação em todas as actividades promovidas. Esta participação não é totalmente espontânea, é quase sempre provocada ou induzida pela escola, mas estamos no bom caminho, pelo menos no caso particular da participação das famílias.
- Ao nível da participação de outros agentes (Autarquias, Associações, Empresas) estes participam sempre que solicitado – seria desejável que houvesse maior iniciativa e espontaneidade.
- A diversificação e o alargamento das ofertas profissionalmente qualificantes (CEF e Cursos Profissionais) têm contribuído decisivamente para alterar e redireccionar a cultura de participação da comunidade local, com especial destaque para as instituições sociais e as empresas.

Entidades da comunidade local que mais participam na escola

- Famílias/Associações de Pais (existe uma partilha de recursos, de ideias, a união de forças para delinear estratégias para ultrapassar obstáculos comuns);
- Autarquias locais (Juntas de Freguesia);
- Empresas e instituições várias (estágios dos formandos dos Cursos de Educação e Formação, Cursos Profissionais, Cursos Tecnológicos);
- Escolas do 1º ciclo;
- Movimento associativo;
- Serviços desconcentrados da Administração (Saúde, Emprego, Segurança Social) numa lógica de serviços de proximidade – Rede diversificada de recursos;
- ADESTE que envolve vários agentes da comunidade educativa;

Pretende-se que concertadamente Famílias, Autarquias, Empresas, Serviços locais e outras instituições se juntem para alcançar um objectivo comum.

Aspectos onde a participação é mais activa:

- Participação em actividades pedagógicas;
- Participação em actividades festivas organizadas pela escola;
- Apoio em estágios profissionais por parte de empresas locais;
- Disponibilização e partilha de equipamentos e materiais pedagógicos e de recursos humanos.

Aspectos onde a participação é menos activa:

- Elaboração do Projecto Educativo e do Plano anual de Actividades da Escola;

Motivos pelos quais as entidades da comunidade local, incluindo as famílias, não se envolvem mais na escola:

- Falta de solicitação de algumas escolas;
- Falta de disponibilidade de alguns pais e Encarregados de Educação;
- Falta de sensibilização para as questões de educação dos educandos;
- Falta de informação e muitas vezes desinformação gerada pelos poderes normativos;
- Entraves culturais e de mentalidades;
- Razões de natureza histórico-cultural uma vez que tanto as famílias como os restantes parceiros se habituaram a ver a escola como um espaço privilegiado de conhecimento, de saber e de relações entre professores e alunos;

- Os pais não têm consciência da importância do seu papel na construção/formação da família e da escola;
- A escola demorou muito tempo a abrir-se à comunidade gerando mecanismos de resistência mútua.

O necessário para que a comunidade local participe mais activamente na escola:

- Dar a conhecer os projectos da escola e estabelecer os objectivos colectivamente;
- Envolver os agentes activamente em todas as fases dos projectos;
- Criar espaços de diálogo e análise na comunidade;
- Adequar os objectivos da escola às necessidades na comunidade;
- Valorizar os papéis dos diferentes parceiros, assumindo-se como actor/alavanca do desenvolvimento local;
- Envolver os parceiros na construção do Projecto Educativo e na sua própria identidade, por forma a interiorizar a escola como património cultural e afectivo da comunidade;
- A Escola deverá atender à diversidade cultural, valores e mutação social;
- Abrir a Escola à comunidade;
- Potencializar o conhecimento, a experiência e a formação dos vários agentes da comunidade nomeadamente, na formação e educação integral dos alunos.

Objectivos e as vantagens da participação da comunidade na escola:

- É um trabalho mais completo, fruto de vivências diferentes e que levam ao enriquecimento de todos os parceiros envolvidos na comunidade escolar;
- Precisamos de todos para atingir o objectivo comum: **Educar para o Sucesso – Formar Cidadãos.**

NOTA FINAL: De uma forma simplista, a resposta à questão colocada “O papel da comunidade da (na) escola: parceira ou fiscal?” não pode ser respondida de forma absolutamente dicotómica. Em boa verdade, qualquer parceria implica uma dimensão de “prestação de contas” que, não cabendo embora, de forma absoluta e redutora, no conceito de “fiscalização”, tem de ser relevada por ambas as partes, isto é, pela escola e pela comunidade, na perspectiva de que, mais do que aceitar uma cultura de “representação” é imperioso fomentar e apoiar uma cultura de “participação”.

Avaliação das escolas – crescimento ou constrangimento?

Agrupamento de Escolas D. Maria II

- Agradeceu-se à Câmara Municipal de Famalicão pela iniciativa e por dar esta oportunidade de expressão às escolas.
- O debate realizado na escola em 22 de Abril ultrapassou as expectativas:
 - Houve uma adesão muito significativa quer de professores, quer de encarregados de educação, quer de auxiliares de educação, quer ainda de alunos.
- Foram colocadas questões muito pertinentes relativamente aos diferentes intervenientes na avaliação das escolas, intervenientes esses representados por/pelo:
 - Dr. Leonel Rocha, Vereador da Educação e Cultura da C.M.V.N.F;
 - Enfermeira Arminda Azevedo;
 - Dr.^a Elisa Carvalho e Dr. Paulo Marinho, educólogos;
 - Dr.^a Cândida Pinto, Presidente do Conselho Executivo de Escola E. B. 2-3 D. Maria II, em Gavião;
 - Dr.^a Teresa Magalhães, Coordenadora dos Directores de Turma do mesmo estabelecimento de ensino;
 - D. Luísa Alves Silva, Chefe do Pessoal Administrativo dessa escola;
 - D. Sameiro Ferreira Faria;
 - e ainda dois alunos representantes de cada ano de escolaridade do 3º Ciclo do Ensino Básico.
- O principal objectivo deste debate consistiu em permitir uma reflexão conjunta entre os diversos actores do processo de ensino-aprendizagem sobre a questão da avaliação das escolas.
- Todos os presentes concordaram com a necessidade de se proceder a uma avaliação das escolas, — que tem aliás vindo a ser realizada regularmente mas a nível externo — só que se pretende desenvolver, designadamente «melhorar», a avaliação interna.
- Assim, a avaliação das escolas deve ser entendida como um meio de auto-regulação, com vista a melhorar o seu funcionamento, e nunca como um processo sancionatório que venha amedrontar os avaliados e, dessa forma, conduzir ao escamotear de situações irregulares a merecerem ser corrigidas.
- O que ficou salientado nesse fórum, foi a ideia que:
 - A escola é antes de mais um espaço onde se adquire cultura, e não apenas uma certificação quer para a vida profissional, quer para a vida activa.

— O trabalho dos docentes deve organizar-se em projectos transversais, que envolvam os alunos de forma activa e fomentem o trabalho de equipa, de modo a incutir uma mentalidade de trabalho por objectivos.

— Ao remeter para as autarquias a responsabilidade da manutenção, entre outros, dos edifícios escolares, o Estado deve proporcionar às mesmas os meios para o fazer.

— A saúde é um factor muito relevante para o sucesso escolar dos alunos e é, no entanto, muito descurado. É necessário apostar numa saúde preventiva e não paliativa, que chame à responsabilidade os próprios encarregados de educação no que respeita à vigilância da saúde dos seus educandos. Essa vigilância passa pelo controlo regular das horas de sono do jovem, da sua alimentação que deve ser equilibrada em casa e controlada fora desta, das vacinas e da sua actualização regular, de regras de higiene a serem respeitadas, da observação de eventuais comportamentos reveladores de distúrbios ou de mal-estar, sobretudo nos adolescentes, etc.

— Os encarregados de educação deveriam estar mais presentes nos assuntos e nas actividades escolares. Prevalece ainda muito a atitude de vir à escola apenas quando as coisas já estão a correr mal para o aluno. Os pais devem ser mais activos, controlar melhor o trabalho desenvolvido pelos seus filhos. A caderneta é um excelente meio de comunicação directa entre pais e professores. É porém necessário sensibilizar as entidades patronais para a necessidade de permitirem àqueles que são encarregados de educação a deslocação à escola durante o horário de trabalho, com as devidas justificações.

— A avaliação dos funcionários das escolas e agora também dos docentes pode tornar-se num factor de desmotivação e criar desentendimentos internos, que podem vir a reflectir-se negativamente no funcionamento de uma escola. O facto de existirem «quotas» para a atribuição dos níveis de avaliação mais elevados acaba por se tornar injusto para aqueles que mereceriam ser destacados. Torna-se assim igualmente constrangedor para o avaliador.

— Os alunos lamentam o facto da avaliação externa incidir apenas sobre os conhecimentos cognitivos, quando durante todo o percurso escolar, a avaliação engloba o perfil geral do aluno. Expressaram ainda o desejo de verem outras capacidades, principalmente a expressão oral, assumirem mais peso nas avaliações internas.

— A escola é o reflexo daquilo que a própria sociedade lhe dá. Na avaliação dos actores da escola, é importante premiar o mérito. Seria importante existir a figura do educólogo nas escolas, de modo a proporcionar um trabalho auxiliar importante para incrementar o sucesso escolar dos alunos.

- Este fórum foi muito positivo na medida em que envolveu os participantes de forma activa, dando a palavra àqueles que pertenciam à mesa de oradores, mas também ao público. Permitiu assim aos pais presentes intervirem e exporem as suas opiniões. Estes tomaram consciência da importância da autonomia do aluno e dos métodos de estudo para alcançar bons resultados escolares.

- Lançou pontes entre a escola e a autarquia, deixou garantias de um trabalho cooperativo e nunca com um carácter de intromissão.

(D)Enunciar a Governação Democrática

A Gestão Democrática das Escolas, a Cooperação das Autarquias e a Participação dos Pais

Começo por cumprimentar os colegas de mesa e o público aqui presente. Felicitar os responsáveis pela organização deste debate concelhio através, deste Fórum Municipal de Educação que por sua vez, é decorrente de uma iniciativa inédita, de Fóruns Locais de Educação realizados nos Agrupamentos e com a participação dos professores e da comunidade educativa, o apoio e o incentivo da autarquia e a proposta e a mediação do grupo de estagiários da Licenciatura em Ciências da Educação da FPCE-UP. Ora de facto, esta mobilização colectiva, num período difícil e conturbado quer para as escolas quer para a sociedade em geral é de realçar e de divulgar (de tornar público) enquanto experiência de “boas práticas” e de “sucesso educativo” local. Durante aproximadamente, dois meses, viveu-se nesta cidade, num clima de interesse e de participação na Educação e na escola que por si só já engrandeceu este Concelho mas principalmente, é um sinal de esperança para todos, que como nós, acreditam numa (outra) escola... numa escola mais democrática, justa e significativa para toda a comunidade educativa. Parabéns a todas e a todos os protagonistas!

Bom e neste contentamento é de facto, com muito orgulho que participo neste debate e que vos quero agradecer o convite e a possibilidade de trazer para este encontro público um conjunto de ideias que têm acompanhado o meu estudo sobre a governação democrática e a implementação da autonomia nas escolas públicas. Desejo ainda que este possa ser (mais) um bom momento de debate e profícuo na possibilidade de mudança da governação das escolas.

Trago-vos, então, um outro olhar, o meu registo pessoal, crítico e reflectido...

Organizei a minha intervenção, primeiro, dando conta do meu interesse e trabalho nesta área, depois reflectindo algumas perspectivas e conquistas do exercício e da aplicação do dec. Lei 115-A/98 (em vigor até há pouco tempo e que nos permitiu começar a implementar uma governação autónoma da escola pública) por último, e projectando algumas ideias, preocupações e desafios que se colocam nesta “nova” proposta, o actual decreto da autonomia, tentarei analisar e dar ênfase ao reforço da participação das famílias (pais e encarregados de educação), das autarquias e da comunidade local na direcção estratégica das escolas e dos agrupamentos. E portanto, vou tentar falar-vos, de riscos e de possibilidades, fundamentalmente, de oportunidades de colaboração e de capacitação colectiva que as propostas de autonomia e governação democrática das escolas conseguem traduzir.

A minha participação decorre do acompanhamento e da reflexão que venho desenvolvendo ao longo dos últimos dez anos, onde a propósito e decorrente da proposta da lei da gestão e da autonomia das escolas, da aplicação do Decreto-lei 115-A/98⁴ tento compreender a génese e a implementação da autonomia escolar na governação da escola pública e mais especificamente da escola secundária.

Na minha tese de doutoramento intitulada: (D)Enunciar a Autonomia considero os diversos trabalhos e propostas da literatura e da investigação empírica sobre esta problemática⁵ mas, para este debate parto essencialmente, da vontade de ***(D)Enunciar a Governação Democrática no Reforço das Autonomias das Escolas Públicas*** e de duas das premissas orientadoras do meu estudo e que são: o desenvolvimento e a construção social da autonomia evidencia um contexto de interdependências e de intersubjectividades, realizada numa acção colectiva organizada, em que a *agência humana* assume um lugar central. E a *agência humana* é (aqui) entendida na participação, no envolvimento e na co-responsabilização de todas as pessoas que agem e decidem numa organização escolar; na segunda premissa, considero que em geral e para

⁴ Neste texto a referência ao decreto-lei 115-A/98 (de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar, e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos) obviamente que confere a integração das alterações propostas pela Lei nº 24/99 (de 22 de Abril, que consiste na primeira alteração, por apreciação parlamentar, do decreto-lei nº115-A/98).

⁵ O conhecimento informado sobre a autonomia e a gestão escolar em Portugal e no estrangeiro parece-nos indispensável para a tomada de decisões políticas e acções estratégicas nesta matéria da governação das escolas ainda que, neste texto, e por razões de economia de tempo não me permita referenciar esses diversos contributos. No entanto, realço a contribuição essencial de alguns autores portugueses que através dos seus trabalhos – investigações, artigos, pareceres, monitorização e avaliação – trouxeram novos conhecimentos e análises e dos quais refiro os Professores: Licínio Lima, José Alberto Correia, João Barroso, João Formosinho, Carlos Estêvão, Sousa Fernandes (entre outros).

as pessoas a autonomia reporta-se a uma experiência individual e subjectiva ligada à vivência de sujeito autónomo, com impacto no quotidiano escolar dos estudantes e dos professores (e de todos os agentes de educação);

Temos portanto, um entendimento da autonomia escolar, intimamente ligada à participação na escola e na educação, à democracia, no sentido da proximidade do poder dos actores e no desenvolvimento da tomada de decisão colegial. Assim definido, um projecto de autonomia, exige um sujeito (concreto) de autonomia porque há um apelo ao autor de si, a um criador e percursor da autonomia, vivido num grupo quotidiano que “muda a cara da escola” e que exige ainda, nos sujeitos, conhecimento informado, vontade, liberdade e responsabilidade. Logo no aprofundamento da governação autónoma da escola pública, tornou-se, também para nós, e tem sido também o sentimento daqueles que conosco partilham os seus sentidos, de que existe na governação democrática e autónoma da escola pública um evidente acréscimo de trabalho e uma exigência de agentes capazes (o que equivale a dizer, agentes de empoderamento, motivados, entusiasmados e corajosos) para se governarem a si próprios e às suas coisas. E esta capacitação colectiva das pessoas na organização escola (isto é, a agência humana/os agentes educativos/ toda a comunidade) foram e são consideradas fundamentais ao desenvolvimento de verdadeiras práticas de autonomia mas simultaneamente, encontrámos uma prática humana, política e imprecisa que desenvolveu a autonomia à luz da *lenda da estátua com pés de barro*. E com esta metáfora de autonomia acentuámos a interdependência entre a teoria e a prática, exacerbamos a retórica, o peso do conceito de autonomia e a imprescindibilidade e a fragilidade da sua realização humana, praticada pelas pessoas nos seus diversos papeis e desempenhos nas escolas.

Há (houve) efeitos concretos que a autonomia induziu nas escolas, em primeiro lugar, facilitou o aparecimento no espaço público do debate e da pluralidade de possíveis definições, legítimas e concorrenciais, para o conceito de autonomia e nos discursos de educação favoreceu também, uma diversidade plural de compreensões e de legítimas preocupações para o universo escolar e para a gestão participada das escolas. Ao nível político, intensificou os discursos da descentralização e da territorialização das políticas educativas implicando os munícipes e as famílias.

A par de uma retórica forte do conceito de autonomia entendida por alguns, como uma lógica burocrática e de imposição da autonomia por decreto, logo uma mera regulação do sistema educativo, proporcionaria um maior controlo do Estado com um

menor investimento económico e uma total e exclusiva exigência aos agentes educativos, quer como promotores de autonomia, quer como responsáveis pela sua ausência. Esta situação redundou numa autonomia sem aprofundamento, sem conhecimento, sem investimento e sem nenhuma contratualização ao longo de sete anos (e que denominei de autonomia crítica).

Não obstante foi possível encontrar algumas modificações. As lideranças nas escolas, em geral, foram colegiais e democráticas, mais participadas e discutidas.

Em relação aos alunos e aos primeiros passos para a sua “tomada de posse” na escola, detectou-se o exercício de uma maior participação que os aproxima de exemplos de cidadania e democracia participativa (ainda que envolva poucos conhecimentos). Ilustrou-se, através do recurso ao testemunho dos jovens sobre a sua experiência no conselho pedagógico e na assembleia de escola, uma aprendizagem prática, que foi muito valorizada e apelou ao seu grande esforço, como eles diziam, para conhecerem o “segredo que é a escola” e que nos permitiu pensar em questões de mediação, de participação e de democratização.

No que diz respeito ao envolvimento dos pais e encarregados de educação, destacamos a importância histórica da participação dos pais na escola, com um discurso de valorização destes parceiros na comunidade, cumprindo uma tradição local de dever dos pais na escola e de dar um sentido de abertura da escola à comunidade (aliás enunciada na lei de bases). Ainda que o apelo às famílias ainda se encontre muito “preso” num sentido de controlo dos filhos ou com o compromisso de reforço aos mandatos dos professores ou ainda, com o intuito de os pais exercerem pressão nos organismos oficiais e na administração central face a assuntos polémicos. Todavia e de facto, registou-se um aumento da dinamização parental e a assunção de responsabilidades, ainda que, essencialmente, como aliados dos professores não se encontrando uma partilha de poderes e de responsabilidades.

Quanto aos outros membros da comunidade (quer as autarquias, quer outros representantes locais das questões económicas) houve muito pouca participação na gestão das escolas/agrupamentos, quer pelas ausências, quer pela presença passiva e expectante principalmente, no que diz respeito, ao ensino secundário. No entanto, e no envolvimento das autarquias evidencia-se um aumento considerável de participação, de esforço de apoio e intervenção ao nível da escolaridade obrigatória, particularmente, no 1º ciclo, com a introdução das actividades de enriquecimento curricular (AECs) e ao nível das infra-estruturas, manutenção e melhoramento do parque escolar e dos

equipamentos desportivos, e que tem tomado todo o tempo e investimento da generalidade das autarquias. De salientar ainda, o esforço suplementar, destes últimos tempos, para a elaboração das cartas educativas concelhias e a organização dos conselhos municipais de educação.

Sintetizando (e dos resultados das investigações), no desenvolvimento da governação democrática e concretamente na aplicação da lei (115-A/98) houve um aumento da partilha de poderes e, a possibilidade de intervenção (hiper intervenção) por parte de todos na escola, que se vem mantendo ainda que, não resulte em mudanças significativas e por vezes, encontram-se inúmeras dificuldades na adesão de outros (novos) protagonistas para a gestão escolar.

Na génese da autonomia escolar evidenciamos, então, uma autonomia crítica, encontrada na crise e no seu duplo significado de risco e de oportunidade de mudança. A autonomia crítica acentua, para nós, a centralização e a burocratização do SE e aumenta o desânimo dos professores na medida em que para muitos representou a última esperança de que dispunham para melhorar as suas escolas. Limitou-se ao cumprimento formal e legal do modelo (presente no Decreto-lei nº 115-A/98) e à produção de um quadro de normas e regras para a partilha de poderes, distribuição de competências e participação regulada da comunidade educativa (como no caso do órgão da AE em que a participação dos pais e dos autarcas era incipiente e por vezes ausente). Há então ainda, um *défice* generalizado de participação para a consecução e a concretização dos princípios de uma escola livre, autónoma e mais humana.

Tendo em conta o percurso que realizámos sobre a gestão democrática e o desenvolvimento do movimento para a autonomia das escolas (referidos nos seguintes documentos normativos legais: o Decreto-lei nº 769-A/76, a LBSE de 1986, o Decreto-Lei nº 172/91 e o Decreto-lei nº 115-A/98), compreende-se até ao momento, que as práticas autonómicas são incipientes e realizadas por uma agência humana frágil e pouco mobilizada e que existe ainda, um grande *défice* de medidas concretas de descentralização e partilha de poderes evidenciadas pela e na escassez de contratos de autonomia. Falta e sempre faltou comprometimento político adequado e de reforço às questões da autonomia escolar.

Vale agora perguntar o que pode mudar e de que lado estamos?

Nesta perspectiva, cabe à *agência humana* de cada escola, empenhar-se colectivamente num projecto educativo que reivindique aprovação e compromisso político apropriado para o serviço à comunidade local e portanto um aprofundamento de autonomia visado em contrato e previsto na legislação.

Estamos do lado de um conhecimento novo e aprofundado que eleve o interesse e o desejo de construção de uma escola mais autónoma, justa e de satisfação para professores, estudantes, pais e encarregados de educação, famílias e comunidade

educativa em geral, que, no seu colectivo cooperativo, sejam capazes de reivindicar e de reabilitar a escola na sociedade.

Concluiu-se que há, de facto, um forte sentido político para a construção da autonomia escolar e para o impacto que diferentes políticas terão ao nível do desenvolvimento autónomo a ocorrer nas escolas através da agência humana.

Na generalidade os estudos demonstram o défice de autonomia pela falta de contratualizações, pelo excesso normativo e regulador, pela falta de políticas adequadas e de incentivo à iniciativa livre das escolas, no entanto, os estudos, não identificam insuficiências no diploma até agora em vigor, até porque, como todos sabemos, “a autonomia, a participação, não se impõem por decreto” (são as pessoas entusiasmadas e motivadas que as desenvolvem ou não?!).

Porquê então esta urgência de alteração da lei? Porquê esta necessidade de “novo” regime?

Nesta lógica e partindo das três ideias fundamentais do actual projecto de regime de autonomia (771/2007-ME⁶)” agora em vigor e que surge justificado e em prol do reforço da autonomia através, da participação das famílias e da comunidade numa direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição e afirmação de “boas lideranças e lideranças fortes” ou seja, como todos sabemos nada se muda por imposição mas somente com a vontade das pessoas envolvidas... e, na medida em que continuo em defesa da governação democrática da escola enuncio-vos ou denuncio-vos as principais preocupações que encontro neste documento.

Há no decreto, um desvio forte e acentuado do enfoque no eixo da democracia, do governo democrático da escola, para o eixo da eficácia sustentado por líderes eficazes (assumido na figura do director/unipessoal e eleito pelo conselho geral que substitui a “velha” assembleia de escola?!) que não devemos descurar.

No limite e na hipocrisia normativa, as alterações ou a solução propostas põem em evidência um paradigma contábil e gestionário da educação e de suspeita da democracia. Há, parece-nos, um clima de suspeição à democracia. Ainda que

⁶ Projecto de decreto-lei 771/2007-ME “Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”.

mascarado pela constante preocupação de referência ao reforço da autonomia (enunciada dezenas de vezes ao longo do decreto) quando no nosso entendimento, a preocupação deveria ser com o envolvimento, a responsabilização e o aprofundamento (processual) da autonomia com todas as pessoas da e na escola para desenvolverem com interesse e motivação o serviço a bem da comunidade.

Quer dizer, temos de estar atentos ao compromisso político para com uma escola democrática e nessa perspectiva, podemos olhar (criticamente) esta reformulação da assembleia de escola (AE) para a figura do conselho geral (CG) em que aumenta a paridade das representações e irmos monotorizando os avanços não só da sua participação mas também das suas intervenções. No entanto, há também que estar consciente dos resultados dos trabalhos de investigação e das experiências anteriores realizadas no âmbito do 115-A/98 para que esta substituição de nomenclatura do órgão possa trazer novas possibilidades e estarmos também atentos à alteração e ao que isso possa representar, de uma direcção colegial para uma gestão unipessoal (isto é, de um director).

Em jeito de conclusão reconheço que desta vez, se instalou (nos professores e na escola) um clima de total incredibilidade (de desconfiança generalizada e/ou de *prudência defensiva*) que urge alterar de modo a reabilitar a escola e os professores na sociedade. E quanto à democracia e especificamente, à governação democrática da escola (pública ou não) é -nos exigida coragem para a denúncia e para a recusa deste olhar sob suspeita da democracia e que nos permite argumentar radical e audaciosamente sobre os limites da racionalidade burocrática fazendo jus e prol do governo democrático (participado) das escolas nas sociedades democráticas.

Na resposta aos desafios sociais contemporâneos sentimos que a principal tarefa continua por cumprir e que (pode) consistir em usufruir da “técnica” sem desumanizar as pessoas.

E nesse sentido, insistimos que só perseguindo mais autonomia (isto é, um aprofundamento da autonomia realizada na autoria responsável dos diferentes actores e aqui, considero particularmente a participação das famílias e das autarquias), só assim, a escola se emancipa e resiste à dominação e à sua adaptação enraizada e burocratizada numa administração centralista. Tarefa difícil mas não impossível.

E do vosso Concelho, especialmente, da cidade de Vila Nova de Famalicão, levo um exemplo concreto de possibilidade e de realização de mais e melhor educação mesmo em tempos de grandes constrangimentos. Aqui encontrei capacitação colectiva

das pessoas, envolvimento e parcerias adequadas, e principalmente autonomia, isto é, autoria e vontade de reflectir a escola e a educação para fazer face aos desafios actuais.

Bom e assim, temos vindo a, Enunciar, Denunciar a necessidade de discutir a autonomia como uma solução e não como um problema ou pelo menos, discuti-la a partir dos constrangimentos e com o intuito (de produção de agentes e de recursos), de políticas conducentes à humanização das relações entre as pessoas através, do enfoque na ética da comunicação e da relação expressa na precisão de uma pedagogia da escuta e de uma autonomia dos professores. O que equivale a dizer e a defender uma política educativa prometida às pessoas e comprometida com as comunidades locais e as pessoas.

Fica-nos, então, o desejo de por debate democrático (governança democrática) transformarmos potenciais ameaças à escola pública, e às escolas em geral, em prov(oc)ações agradáveis e entusiasmadas pela “coragem cívica” (Giroux⁷) das várias pessoas da comunidade educativa e dos professores em lideranças colegiais (ou não, consoante a vontade de cada escola), mas fundamentalmente, empenhados em lideranças ao serviço do “bem comum”⁸ isto é, ao serviço da comunidade e, só assim, vai valer a pena correr riscos.

E mais, provas, provocações e “agitações”... deixo-as para o nosso debate.

Muito obrigada pela vossa preciosa atenção.

Elisabete Ferreira (Professora auxiliar)

elisabete@fpce.up.pt

FPCE-UP/CIE

Fórum Municipal de Educação Vila Nova de Famalicão

17 de Maio de 2008

⁷Giroux capta esta noção e defende, para uma prática transformadora, a “coragem cívica”, considerando-a central e representativa de “uma forma de comportamento no qual a pessoa pensa e age como se vivesse numa democracia real. É uma forma de bravura que tem por objectivo explodir as reificações, mitos e preconceitos” (1986: 158).

⁸Jablin (2006), a propósito do desenvolvimento dos estudos sobre liderança e na defesa de um conhecimento transversal de e na liderança ao serviço do bem comum, apresenta a ideia da coragem considerando-a através de “três modelos: a disposição para correr riscos, a conscientização, o poder e o medo, por vezes, elaborado” (ibidem: 102).

TRABALHO DOCENTE

Ser professor hoje – um contentamento descontente?

Agrupamento de Escolas de Júlio Brandão

No dia 24 de Abril, a nossa comunidade Escolar encontrou-se Escolar encontrou-se para reflectir sobre o tema *Ser Professor hoje: um contentamento descontente?* Esta iniciativa inseriu-se no Fórum Municipal de Educação, que teve como promotor a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e como parceiros privilegiados estabelecimentos de ensino do concelho.

O número de participantes foi limitado, facto compreensível, dado os professores terem de cumprir uma jornada de trabalho exaustiva e não haver possibilidades de ser marcado o encontro/reflexão para outra hora.

Os encarregados de educação, apesar de convidados, não se fizeram representar, o que impediu que a análise fosse feita com as diversas perspectivas e ângulos de visão. Estiveram representados os alunos do segundo e terceiro ciclos.

Os trabalhos decorreram num ambiente de serenidade e de colaboração partilhada, constituindo-se como uma experiência gratificante.

Foram colocadas diversas questões relevantes de que destacamos: a relação entre as expectativas dos professores no início da carreira, que passava por sentimentos de contentamento, paixão, ilusão, esperança... Foram abordadas as principais dificuldades sentidas pelos profissionais do ensino, retendo-se que de presente tem sido uma profissão maltratada (estatuto da C. D., imagem social, crise de valores), a par da multidimensionalidade da profissão, da burocratização do papel do docente, elemento redutor da criatividade, dos currículos desajustados, dos receios face ao novo modelo de gestão, por défice de democraticidade, da pouca participação dos encarregados de educação, do aumento progressivo dos alunos sem projecto de vida, inseridos em ambientes familiares desajustados, da ausência de equipas multidisciplinares...

Concluiu-se ser urgente o reforço da imagem social dos professores e da sua autoridade, a maior valorização do papel da Escola pelos encarregados de educação, a

supervisão dos alunos pelos pais e acompanhamento verdadeiro, a construção conjunta (pais/professores) de uma escola de valores, o reforço da autonomia da escola pública, o reajustamento do desenho curricular e a criação de equipas multidisciplinares, a devolução ao professor do seu papel fundamental – o de profissional de ajuda e a desburocratização da profissão docente.

Inclusão na escola de alunos com Necessidades Educativas Especiais

Agrupamento de Escolas Bernardino Machado

Embora os alunos com NEE não realizem certas coisas, é essencial que nos centremos naquilo que podem realizar.

Kauffman, 2003

O Agrupamento de Escolas Bernardino Machado decidiu direccionar o tema do seu Fórum Local de Educação para as Necessidades Educativas Especiais (doravante denominadas por NEE).

Esta é uma área de actuação das escolas que levanta sempre muitas dúvidas a pais, de alunos com e sem NEE, professores e comunidade educativa em geral e que sofreu recentemente uma importante alteração legislativa, com a revogação do Decreto-lei 319/91 de 23 de Agosto e sua substituição pelo Decreto-lei 3/2008 de 7 de Janeiro.

A abertura da sessão foi efectuada pelo Presidente do Conselho Executivo, Dr. Alfredo Lima, que deu as boas vindas aos participantes, e pela Vice-presidente do Conselho Executivo, Dra. Celeste Dinis, que introduziu o tema e apresentou os oradores.

O Núcleo de Educação Especial, responsável pela construção do documento que foi apresentado em *power-point*, apresentou como palestrantes a responsável dos Serviços de Psicologia e Orientação, Dra. Conceição Mota, a Coordenadora do Núcleo de Educação Especial, Dra. Rosa Marques e a Professora de Educação Especial, Dra. Ana Malheiro. Como Moderadora a Educóloga Dra. Elisa Carvalho e, finalmente, como arguentes, isto é, com o intuito de “provocar” o diálogo entre os presentes, o Educólogo Dr. Paulo Marinho e a Professora de Educação Especial Dra. Gracinda Sousa.

A sessão foi iniciada pela Dra. Conceição Mota, que apresentou uma breve resenha do trabalho que tem desempenhado com os alunos com necessidades educativas especiais. Referiu que a sua intervenção “é vasta e alargada”, podendo ser iniciada em qualquer altura da vida do aluno, desde o pré-escolar até ao final 3º ciclo de escolaridade, sendo realizada dentro duma equipa pluridisciplinar (Professores de Educação Especial, Professores do Ensino Regular e Encarregados de Educação).

Inicia quase sempre a sua intervenção directa com a colaboração dos pais na elaboração da anamnese dos alunos, para então dar início a uma avaliação psicopedagógica dos mesmos. Outra intervenção que pratica é indirecta, em parceria com a equipa de Educação Especial, na qual colabora na análise e definição de estratégias para integrar o Programa Educativo Individual dos alunos em questão, ou nos Projectos Curriculares das respectivas turmas. Participa ainda na elaboração e avaliação dos Planos Individuais de Transição para a vida activa de algumas das crianças e jovens com NEE.

Em seguida, a professora Ana Malheiro fez a abordagem teórica da Educação Especial, esclarecendo os presentes sobre o significado de alguns dos termos que lhe estão associados. Começou por lembrar o tema inclusão pois, como é sabido, as tendências actuais, em matéria de princípios, políticas e práticas educativas, vão claramente no sentido da promoção da escola para todos, uma escola que se ajuste a todos os alunos, independentemente das suas condições físicas, sociais, étnicas, religiosas, linguísticas, ou outras, e que aceite as diferenças, que apoie as aprendizagens e que promova uma educação diferenciada, respondendo às necessidades individuais. A este propósito, a docente referiu que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais não é apenas “estarem” na escola, mas também “querê-los” na mesma, aspecto que considera muito pertinente para o seu sucesso educativo.

Foi ainda explicitado o conceito de NEE (Necessidades Educativas Especiais), como um termo que se aplica «a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais, emocionais e, também, com dificuldades de aprendizagem específicas derivadas de factores orgânicos e ambientais, isto é, crianças e adolescentes com aprendizagens atípicas, ou seja, que não acompanham o currículo normal» (Correia, 1997). A professora referiu que estes alunos não serão mais nem menos do que seriam há algumas décadas atrás. Porém, a escola de hoje não se demite das suas funções e não permite que os alunos a abandonem, logo tem em mãos o enorme desafio

de educar e instruir alunos interessados e desinteressados, com facilidades ou dificuldades, com ou sem apoio da família... E é nesta escola para todos (e com todos) que se enquadram os alunos com NEE.

Foi então esclarecido que o Grupo-Alvo da Educação Especial, de acordo com o recente Decreto-lei 3/2008, é constituído por crianças e jovens com deficiências - O termo “deficiências” refere-se a problemas nas funções ou estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou perda (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, OMS, 2001) - e incapacidades (limitações):

- ✓ Mentais: cognitivas, emocionais, linguagem;
- ✓ Sensoriais: audição, visão, audição e visão;
- ✓ Saúde Física;
- ✓ Voz e fala;
- ✓ Neuromusculo – esqueléticas.

Para que o trabalho destes alunos seja ajustado às suas capacidades é necessária a intervenção do Professor de Educação Especial, que assume como principal função participar na organização, gestão e implementação de recursos e medidas diferenciadas, a introduzir no processo de ensino e de aprendizagem. De uma forma transversal e especializada deverá efectuar:

- ✓ Eficaz gestão e optimização dos recursos existentes na escola e na comunidade envolvente;
- ✓ Implementação de um trabalho cooperativo entre os diferentes intervenientes no processo educativo dos alunos;
- ✓ Alargamento da intervenção directa a uma grande diversidade de contextos educativos, nomeadamente salas de aula, salas de apoio, unidades especializadas, domicílios e outros espaços da comunidade.

Foi ainda referida a imprescindível cooperação escola / família. Actualmente, a família e a escola assumem uma nova dinâmica na educação das crianças. A educação destas não deve estar somente a cargo dos professores, sendo esta ideia reforçada quando se trata de crianças com NEE. Os pais são elementos fundamentais na planificação, execução e avaliação de programas de intervenção, dado que são eles que passam mais tempo com os filhos. São vistos como elementos activos no processo educativo dos seus filhos, podendo eles próprios continuar o trabalho desenvolvido pelo professor.

A apresentação prosseguiu com a intervenção da Coordenadora do Núcleo de Educação Especial, que começou por explicar que no Agrupamento de Escolas Bernardino Machado a Educação Especial tem como âmbito de acção a Intervenção Precoce, o ensino pré-escolar, o 1º, 2º e 3º ciclos.

Com o recurso a fotografias mostrou à comunidade educativa as situações de aprendizagem nas quais a educação especial participa (desde a planificação conjunta de actividades com o professor do ensino regular à sua aplicação individual, em pequeno ou grande grupo) e quais as finalidades e competências a alcançar pelo aluno, com a adopção das diferentes estratégias e actividades.

Em jeito de conclusão, e referindo um pouco as intervenções anteriores, a Coordenadora do Núcleo de Educação Especial sublinhou que apesar das notórias melhorias verificadas na prestação dos serviços de educação especial, estes têm ainda pela frente um árduo trabalho a desenvolver, pois não basta ter os alunos com NEE nas escolas regulares. É antes de mais necessário criar condições físicas, materiais, pedagógicas e humanas para os “querer” lá. Como as alterações introduzidas pelo decreto-lei 3/2008 implicam o envolvimento crescente dos professores do ensino regular no percurso escolar dos alunos com NEE, um dos trabalhos mais urgentes a desenvolver pelos serviços de educação especial é a formação / sensibilização e apoio aos professores do ensino regular, pois é essencial que estes de apenas “cumprir” as funções legalmente exigidas para passarem a “acreditar” na riqueza do seu contributo.

No final da exposição realizada pelas três palestrantes supra mencionadas, procedeu-se a um debate ao qual aderiram alguns Encarregados de Educação, que pretenderam algumas explicações relacionadas com a resposta dada à problemática dos seus filhos com necessidades educativas especiais. Levantaram dúvidas relacionadas com os critérios que as escolas usam para determinar se os alunos são elegíveis para Educação Especial e com os apoios a esperar para a implementação das estratégias previstas nos Programas Educativos Individuais.

O Educólogo Dr. Paulo Marinho manifestou então o seu agrado pela adesão a este primeiro fórum local, mostrando-se sensibilizado pela participação dos presentes nesta “primeira” iniciativa de outras que se esperam repetir no futuro.

O Presidente do Conselho Executivo congratulou-se com o trabalho desempenhado no agrupamento na área da Educação Especial, mas considera que não

nos devemos acomodar, tendo sempre em perspectiva a rentabilização dos recursos humanos, sendo que há ainda muito trabalho a realizar.

A Vice-presidente do Conselho Executivo deu por encerrado o fórum, agradecendo a todos a sua presença, fazendo acreditar que este seria o primeiro de outros encontros com a comunidade educativa, procurando na promoção dos mesmos o debate de temas hodiernos e pertinentes para este Agrupamento de Escolas.

Inclusão Social e Diferenciação pedagógica – das intenções à acção

Escola Cooperativa Didáxis de Riba d’Ave

1. Tema e metodologia desenvolvida

O tema da **Didáxis** foi o seguinte: “**Inclusão Social e diferenciação pedagógica: das intenções à acção.**”

O cronograma de discussão e análise foi o seguinte:

Designação	Fórum Local I	Fórum Local II	Fórum Municipal
Descrição das acções	Reflexão e discussão do tema seleccionado ao nível de cada departamento. Elaboração de um documento síntese que servirá de discussão no fórum local II.	Apresentação dos documentos síntese elaborados por cada departamento. Reflexão e discussão do tema seleccionado ao nível da escola. Elaboração de um documento síntese que servirá de partilha e discussão no fórum municipal. Jantar – Convívio	Discussão por grupos temáticos. Apresentação de conclusões em Assembleia-geral. Mesas coordenadas com convidados e interacção com o público geral.
Data	Reunião/Debate no dia 16 de Abril	Fórum Local II no dia 2 de Maio pelas 19.30H	16 e 17 de Maio

O Fórum Local I decorreu em pequenos grupos coincidentes com os Departamentos Curriculares. Desta forma, foram constituídos nove grupos de trabalho

que realizaram uma reflexão sobre o tema. Desta reflexão resultaram nove documentos síntese.

Uma comissão constituída pelos Coordenadores de Departamento, elaboraram um documento aglutinador das reflexões realizadas em cada um dos Departamentos. Este documento serviu, posteriormente, para a reflexão e discussão ao nível do fórum local II.

No Fórum Local II participaram professores, pais/encarregados de educação, representantes da sociedade civil, psicólogos escolares e representantes do poder local. Neste fórum, após a apresentação das conclusões do fórum local I, procedeu-se a um período de discussão e recolha de sugestões que foram registadas. As conclusões do fórum local II foram apresentadas no Fórum Municipal de Educação e constam deste relatório.

2. Ambiente do Fórum Local

De uma forma geral, pode-se afirmar que a participação nos fóruns locais I e II da Didáxis foi muito significativa e representativa da comunidade educativa. O ambiente em que decorreram os dois períodos de reflexão e discussão foi construtivo e constituíram momentos de partilha extremamente ricos e diversos. Os trabalhos decorreram num ambiente de tranquilidade e de colaboração, constituindo-se como uma experiência extremamente gratificante.

3. Questões relevantes levantadas na discussão

As questões levantadas durante os dois fóruns foram numerosas. Algumas eram semelhantes no conteúdo. Assim, procedeu-se a uma aglutinação das várias questões propostas. Desta forma, resultaram as seguintes questões relevantes:

- ☒ Como tornar uma escola inclusiva para alunos que não querem andar na escola?
- ☒ Porque é que os alunos têm de reprovar dois anos para irem para o percurso que querem (CEF)?
- ☒ Como fazer a leitura dos rankings?

- ☒ O que é uma escola exigente?
- ☒ O que a escola pode fazer com os alunos retidos?
- ☒ Poder-se-á colocar todos os alunos retidos numa só turma? Será viável a criação de turmas de nível?

4. Reflexões/Conclusões

Do Fórum Local II resultaram as seguintes reflexões/conclusões:

- ☒ Desenvolver uma cultura de avaliação das escolas que tenha em consideração o contexto social e o valor acrescentado (ex.: Programa AVES);
- ☒ Para que se promova a escola inclusiva há a necessidade de mudar mentalidades e práticas que, no entanto, podem colidir com as estatísticas resultantes das classificações dos exames nacionais;
- ☒ A leitura dos rankings sem contextualização social não favorece a inclusão;
- ☒ Os núcleos/oficinas deveriam ser vistos pelos alunos e Pais/E.E. como espaços de promoção experiências de aprendizagem diversificadas e complementares daquelas que ocorrem na sala de aula;
- ☒ Os Cursos de Educação e Formação são uma opção educativa que promove a inclusão;
- ☒ Se vierem a ocorrer alterações normativas nos critérios de selecção para os CEF, a entrada prematura de alunos só deverá ser equacionada após uma avaliação criteriosa do percurso educativo do aluno;
- ☒ Esclarecer a sociedade para que os alunos que pretendam uma entrada mais rápida no mercado de trabalho, devem optar pelos Cursos Profissionais;

- ☑ Criar uma estrutura especializada (científica e pedagógica) para o acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem/comportamento (tutoria);
- ☑ Os alunos deverão estar inseridos em turmas heterogêneas. Os alunos com melhor desempenho representam uma mais valia para a implementação da Pedagogia Diferenciada;
- ☑ A retenção é um peso social e económico. Para a grande maioria dos alunos não é um castigo escolar. A escola deveria fornecer aos alunos retidos um apoio específico, conforme o diagnóstico inicial, às disciplinas em que não obtiveram aproveitamento, libertando-os da frequência integral do currículo.
- ☑ Qualquer que seja o número de alunos na sala de aula, é possível implementar pedagogia diferenciada, criando grupos de trabalho e aplicando a metodologia da pedagogia colaborativa. Nomeia-se um líder por grupo, responsabilizando-o pela implementação e desenvolvimento das várias tarefas propostas.

SUCCESSO EDUCATIVO

Indisciplina escolar e insucesso – causa ou consequência?

Agrupamento de Escolas de Pedome

Tema: “Indisciplina escolar e Insucesso – causa ou consequência?”

Local: Agrupamento de Escolas de Pedome

Público-alvo: Comunidade educativa

A ideia do Fórum local de Educação, foi-nos apresentada pelo gabinete da educação da Câmara Municipal, que após ter sugerido a realização de focos de discussão em todas as instituições educativas do Concelho, como preparativo do Fórum Municipal, apresentou este projecto que foi aceite por quase todos os Conselhos Executivos.

O Tema “ Indisciplina escolar e Insucesso – causa ou consequência”, foi aceite de bom grado pelo órgão de gestão deste agrupamento, dada a actualidade e pertinência da temática, que prontamente o apresentou em reunião de Conselho Pedagógico.

De início e, devido ao excesso de trabalho dessa altura do ano, bem como à conturbada problemática da actualidade dos professores e da educação em geral, o projecto não foi muito bem aceite, tendo sido necessário um empenhamento, no sentido de se sensibilizar o corpo docente para a pertinência de uma reflexão ao tema escolhido. Foi também objectivo prioritário envolver os Encarregados de Educação nos problemas do insucesso e de indisciplina dos seus educandos.

Nesta fase, a disponibilidade manifestada pelos grandes mentores deste Projecto – Paulo Marinho e Elisa Carvalho – foi crucial para lançar a primeira pedra desta obra que então deu início, com todo o empenho por parte de, poucos mas bons, trabalhadores que deram muito de si e da sua experiência profissional.

Este Fórum foi preparado tendo em conta, como é evidente, a nossa realidade escolar e social que, condiciona toda a “vida” desta comunidade.

Contamos com a colaboração da Escola Eb1 de Ruivães, que protagonizou um dos momentos desta reflexão, através de um pequeno filme, onde ficticiamente se visualizaram cenas de indisciplina escolar, fonte de muitas formas de insucesso, que deu o mote ao Fórum local.

Contamos também com a colaboração das Educadoras do JI de Ruivães e da Educadora do JI de Riba de Ave, bem como duas professoras do 1ºCEB de Oliveira S. Maria e quatro professores do 2º e 3º ciclo da escola sede, aos quais agradecemos.

O Agrupamento de Pedome é composto por doze escolas do 1º ciclo, nove Jardins-de-infância e, uma EB23, num total de mais de mil e quinhentos alunos. Na última década a realidade social da população tem sofrido um agravamento sucessivo, devido ao desemprego que gera pobreza, alcoolismo, fome, instabilidade familiar, o que se repercute na escola através dos comportamentos dos nossos alunos.

Após tomar-mos consciência desta realidade, penso que todos sentimos o quanto era importante realizar este Fórum, para lançar a discussão e quiçá, encontrar caminhos a seguir no combate ao **Insucesso como causa da Indisciplina ou à Indisciplina como causa do Insucesso.**

Começaram as discussões, surgiram as ideias, estruturamos todo o trabalho!

Contudo, dada a pertinência do tema em questão e da urgência de sua minimização, foi necessário conduzir a discussão na vertente da família e da prevenção dos comportamentos. Assim, convidamos para oradoras no nosso Fórum a Enfermeira Adelaide, do Centro de Saúde de Delães, pessoa com um vastíssimo conhecimento das famílias dos nossos alunos e das suas necessidades mais prementes. Convidamos também a Drª Marlene, Psicóloga no Centro Social de Riba de Ave e, como tal, conhecedora da realidade local. Por fim, mas de crucial importância foi o convite feito aos Encarregados de Educação e a toda a Comunidade Educativa, pois sem a sua presença ter-se-ia perdido a maior riqueza do debate.

Para falar sobre a prevenção, tivemos a intervenção da educadora Cristina Correia, que primou pela abordagem directa, clara e concisa, acerca das técnicas de prevenção da indisciplina a partir de tenra idade: primeiro na família e depois no Pré-escolar.

O Fórum foi propositadamente marcado para uma véspera de feriado, dia 24 de Abril pelas 20.30h, com a intenção de ter uma maior adesão dos encarregados de educação. Foi sem dúvida uma boa aposta pois o auditório ficou repleto.

Após a intervenção dos oradores, passamos a palavra à assistência que aderiu de uma forma excelente, levantando questões e propondo soluções para o problema real que infelizmente assola a sociedade.

Como é evidente não se encontrou nenhuma solução, pois isso não existe, mas criaram-se as condições de diálogo, promovendo a partilha e a reflexão o que foi considerado por todos muito frutífero.

Questões como:

- O que se entende por Indisciplina?
- O que se entende por Insucesso?
- Será Causa?
- Será Consequência?
- Quem são os culpados?
- Escola?
- Sociedade?
- Família?
- Governança?
- Influência dos pares?
- Como prevenir?

Foram abordadas e discutidas por toda a assembleia com elevado interesse. Para todas as questões levantadas, houve manifesto interesse em encontrar culpados, concluindo após discussão acesa que, ninguém tem culpa e ao mesmo tempo, todos somos culpados. Foi do acordo geral que a base de toda a educação deve ser iniciada no seio familiar, responsabilizando os pais por incutir nos seus filhos regras e valores morais que os ajudem a enfrentar as dificuldades da vida e a resolver os seus próprios conflitos de forma a tornarem-se cidadãos de pleno direito: responsáveis, participativos, livres e, sobretudo com um auto conceito positivo que contribua para a sua felicidade e dos que o rodeiam.

Foi veiculada a ideia de que a educação feita no pré-escolar é fundamental e nesse sentido, foram alertados e incentivados a colocarem os filhos nos Jardins-de-Infância como forma de desenvolver as competências no sentido de:

- aprenderem a ouvir o outro, a aceitá-lo e a respeitá-lo;
- serem educados para os valores, para se orientarem durante a vida;

- desenvolverem o auto-conceito positivo;
- Obter as condições ambientais que facilitem o aparecimento de relações interpessoais positivas;

Em relação ao papel da escola no combate ao desinteresse e indisciplina dos nossos jovens, ficou bem claro entre todos que, “ Quem trabalha por gosto não cansa”, por isso consideramos de toda a pertinência envolver os jovens nos projectos de modo a que estes se sintam actores e protagonistas, úteis e impulsionadores.

Por fim resta-nos dizer que este fórum foi por todos considerado um evento de grande importância, para que país e professores dêem as mãos, e unidos desenvolvam um trabalho efectivo e afectivo, para troca de sinergia, que possam cada vez mais levar ao encontro de respostas mais eficazes às problemáticas vivenciadas.

Anabela Correia Lopes

Abandono e insucesso escolar – da remediação à prevenção

Escola Profissional Bento de Jesus Caraça

No dia 2 de Abril, reuniram vários elementos da comunidade educativa da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça com os educólogos Paulo Marinho e Elisa Carvalho, no auditório da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão. Este encontro teve como principal objectivo a reflexão sobre a temática do abandono e insucesso escolar, tema vital para os diversos agentes educativos dos nossos dias. Estiveram presentes alguns encarregados de educação, alunos, quase todos os professores, a directora da delegação de Pedome, Dr.^a Cláudia Dias, bem como o Director Pedagógico Dr. João Carvalho, que teve a seu cargo a dinamização do debate, que ocorreu num ambiente próximo e de alguma informalidade. Com base na leitura dos textos fornecidos pelos educólogos, os presentes partiram para a discussão dando, desde logo, voz aos aprendentes acerca das suas experiências de sucesso e insucesso ao nível da escola. Um aluno, que se encontra a concluir o segundo ano de um curso CEF, relatou o seu percurso escolar, marcado por diversas reprovações e problemas disciplinares. Deparou-se com a vontade de abandonar a escola e justifica, neste momento, a sua reconciliação com a mesma, pelo facto do curso que frequenta actualmente ser muito mais prático e relacionado com aquilo que quer para o seu futuro e ir ao encontro das suas características e do seu perfil. Descreveu as aulas do ensino profissional como sendo muito mais aliciantes e motivadoras e referiu, ainda, as regras e o rigor disciplinar da escola, como estando na base das suas alterações comportamentais. O seu discurso foi corroborado pelo seu encarregado de educação, que afirmou estar bastante feliz com o novo desenrolar do percurso educativo do seu filho, assegurando até que o seu educando ganhou mais autonomia e pretende continuar a estudar para além da escolaridade obrigatória, falando já em frequentar, no futuro, um curso universitário. Os restantes formandos também falaram sobre a apatia e

desinteresse pelos percursos escolares que seguiram até abraçar o ensino profissional, afirmando que a escola que frequentam conseguiu fomentar neles o gosto pelo saber.

Todos os presentes concluíram que uma das causas de insucesso é, muitas vezes, o modo de funcionamento da escola e a distância cultural que se estabelece entre o tipo de conhecimentos que ela transmite e aqueles de que os jovens são já portadores e entendem ser necessárias para o seu futuro. Lamentaram, ainda, que a escolha do ensino profissional seja conotada, no imediato, por um fracasso, uma alternativa para quem falhou todos os outros percursos, e que pelas dificuldades que apresenta se envolve num curso mais prático, para pessoas menos capazes. Os directores de turma confirmaram que muitos pais têm essa ideia dos filhos, danificando de forma indelével a sua auto estima e autoconfiança. Os próprios alunos legitimaram que, quando chegaram à escola, esperavam facilidades e foram surpreendidos, na maior parte das vezes, inicialmente, com resultados mais negativos ainda dos que haviam obtido até então. Assim, concluiu-se que é necessário encarar de forma séria os vários percursos possíveis, reforçando o papel da escola como fomentadora do gosto pelo saber e não continuar a excluir todos aqueles que se mostram impossibilitados de se adaptar ao discurso pedagógico oficial e aos saberes académicos e comportamentais que ele difunde. Os professores mostraram-se bastante preocupados com o facto de os alunos que normalmente se associam ao risco de abandono encararem a escola como um dever e não um direito. Revelam apatia e indiferença perante aquilo que tantas vezes lhes é lembrado: a ligação entre o terminar o trajecto escolar de forma prematura e o insucesso profissional e, muitas vezes, a exclusão social. A propósito deste tema foi lembrado que existem vários factores exógenos que contribuem marcadamente para o abandono. O primeiro de todos é, talvez, a altíssima taxa de desemprego, que constitui, porventura, o maior desincentivo para os jovens estudarem. A falta de perspectivas de sucesso para o futuro e a incapacidade de verem, na prática e no imediato, a forma como a escolaridade os pode beneficiar nesse campo, leva-os muitas vezes a abandonar. Outro factor que frequentemente a escola não pode controlar é as dificuldades económicas. Na verdade, o ensino público é tendencialmente gratuito, de acordo com a nossa Constituição, mas esse princípio de gratuidade não se pode esgotar na isenção das propinas. As dificuldades no transporte, nos materiais e, muitas vezes, nas carências ao nível da alimentação e das necessidades básicas, levam alguns estudantes a pôr fim aos seus estudos, algumas vezes com o intuito de poder ajudar economicamente a sua família. Discutiram-se, ainda, as relações escola-educação, família-educação e, por conseguinte,

escola-família. Apesar de a maioria dos encarregados de educação estarem em contacto com a escola, muitos são os que não revelam qualquer interesse pela vida escolar do educando, e, no caso dos alunos em risco de abandono escolar, isso torna-se um enorme obstáculo. Outros há que aparecem sempre que são chamados e até se mostram preocupados, mas revelam não dispor de mais estratégias para lidar com os filhos, esperando que os professores resolvam os seus problemas. Os encarregados de educação presentes mostraram, ainda, alguma preocupação com a constante associação do nível de instrução e educação dos pais no nível de instrução e educação dos filhos e alertaram para os perigos dessa generalização. Uma encarregada de educação relatou o seu exemplo, em que realmente se penalizou durante algum tempo por de facto não ter oportunidade de ter seguido os seus estudos, mas actualmente não encontra nenhuma relação entre a sua escolaridade e a sua forma de estar com o insucesso que o filho apresenta ainda, neste momento, na escola. Proporcionasse todas as oportunidades, todas as ajudas que os professores e o próprio aluno necessitam e já tentou todas as estratégias (ser mais rígida, retirar o que o educando gosta, reforçar positivamente, etc.), tendo consultado diversos psicólogos e médicos. Após todas essas tentativas, o aluno continua a evidenciar maus resultados na escola, uma fraca evolução e comportamentos perturbadores do normal funcionamento das aulas. De seguida, procedeu-se a uma reflexão entre todos os intervenientes e concluiu-se que o grau de imaturidade/infantilidade do aluno em questão pode influenciar o seu sucesso/insucesso escolar. Muitas vezes é necessário que os alunos amadureçam, para conseguirem perceber a utilidade da escola e ganharem objectivos de vida que funcionem como estímulo. Se é verdade que o mais frequente é o insucesso aparecer nos jovens que provêm de famílias detentoras de reduzidos capitais escolares e escassez económica, não é menos verdade que surgem cada vez mais novos estereótipos de insucesso, que não têm tanto a ver com o grau de familiarização com a cultura escolar, mas com a falta de associação da cultura escolar a trajectos de vida de sucesso, a falta de objectivos e a falta de experiências bem sucedidas. Um encarregado de educação lembrou, ainda, a necessidade de tornar os cursos profissionais mais práticos do que já são e mais abertos ao meio envolvente, para que os alunos saiam da escola com uma trajectória socioprofissional efectivamente qualificante. Enquanto escola profissional, e dada toda a conjuntura actual, situámonos no espaço híbrido entre a prevenção e a remediação do insucesso escolar. Tentamos no dia-a-dia prevenir, da forma que sabemos, identificando e apoiando os alunos com dificuldades de aprendizagem, com pedagogias activas e

diferenciadas; procuramos manter contactos estreitos com a família, fazendo o possível para que os pais/encarregados de educação possam ajudar os filhos num percurso de sucesso; e promovemos práticas que estimulam a relação dos jovens com a escola e a criação de laços com a comunidade escolar, incentivando a integração plena. No entanto, dizemos que nos situamos no espaço híbrido porque, na verdade, a maioria das vezes, quando os jovens chegam até nós, trabalhamos, essencialmente, numa fase inicial na remediação e, posteriormente, na constante prevenção de um novo abandono. São percursos difíceis, que exigem um acompanhamento próximo e constante. Muitas vezes esse acompanhamento resulta, outras vezes, apesar de todos os esforços, o abandono é impossível de evitar. Se em alguns casos é possível tirar o máximo do tempo que os alunos passam na escola, ajudando-os a construir percursos interessantes, noutros nunca chega a ser possível motivar, interessar. A apatia instala-se de tal forma, os apoios são tão poucos, o momento não é propício e não conseguimos simplesmente controlar todos os factores. Às vezes, restamos esperar pelo “clique”, o momento em que o aluno ou os pais atribuem significado ao que nos dispomos fazer, ou em que a conjuntura dos intervenientes muda. Não o sabemos explicar, mas às vezes esse momento acontece, resulta e dá frutos. Outras vezes, resta-nos reorientar os alunos vocacionalmente para um curso mais consentâneo com o seu perfil. Por último, quando sentimos que já nada mais podemos fazer, não nos resta outra alternativa senão alertar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e a Acção Social das Câmaras Municipais e esperar novos desenvolvimentos. Pareceu-nos a todos importantíssima e rica a partilha de experiências e a reflexão que tivemos oportunidade de fazer na iniciativa dos Fóruns Locais de Educação. cremos que este é o caminho a seguir: uma verdadeira troca de experiências, inserida numa comunidade educativa local, aberta a todos os reais intervenientes no processo educativo.

As professoras: Margarida Guimarães Fernanda Braga

Avaliação e sucesso educativo – parceiros ou inimigos?

Instituto Nun'Alvres

O **Fórum Educativo** realizado no **Instituto Nun'Alvres** a 23 de Abril do presente ano sobre o tema “**Avaliação e Sucesso Educativo: Parceiros ou Inimigos?**” teve a participação da Directora Pedagógica do Instituto Nun'Alvres, Dra. Maria do Céu Pinheiro, um representante da associação de Pais, Dr. Mário Ferreira, e a Coordenadora do Gabinete Psicopedagógico, Dra. Ângela Azevedo.

Contou ainda com a presença do Vereador da área da Educação da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, Dr. Leonel Rocha.

O objectivo geral deste fórum foi promover a qualidade e o sucesso educativo do município de Vila Nova de Famalicão, criando condições de diálogo e participação activa da comunidade educativa local nas questões de educação, e promover a partilha e a reflexão sobre as questões com as quais os agentes educativos se confrontam.

Este Fórum contou com duas partes. Numa primeira parte realizou-se um enquadramento teórico da temática, enquadramento este que introduziu a segunda parte destinada à reflexão em grupo sobre questões relativas à Avaliação e ao Sucesso/Insucesso Educativo.

No que respeita ao enquadramento teórico, iniciou-se por apresentar os conceitos de **Avaliação** e de **Sucesso/Insucesso Educativo e Académico**.

A **Avaliação** é sempre uma recolha de informação tendo em vista uma decisão. No entanto, numa escola encarada como uma organização aprendente, o processo de avaliação enquadra-se no princípio da educabilidade e da pedagogia participada para se conseguir atingir determinados objectivos.

A vertente pedagógica e educadora traduz-se numa acção ou num processo de partilha, de trabalho em cooperação, esbatendo, desta forma, a matriz tradicional de um acto isolado. A avaliação não se circunscreve à responsabilidade de uma pessoa, as

envolve um grupo de sujeitos. Desta forma, o acto de avaliar assume estatuto de fenómeno social de que é responsável a instituição como um todo.

No que diz respeito ao **Sucesso/Insucesso Educativo e Académico**, nos diversos estudos realizados nesta área, a tónica é colocada no Insucesso, não só pelos indicadores bem visíveis no nosso país (notas, retenções, dificuldades de aprendizagem, desmotivação, absentismo, abandono escolar, dificuldades da inserção na vida activa, desemprego e delinquência), como pela necessidade de contrariá-los e ultrapassá-los: este é o grande desafio da Educação.

Seguidamente, e ainda referente aos conceitos anteriores abordaram-se factores associados aos mesmos, nomeadamente: factores pessoais (como o bem-estar pessoal, os métodos de estudo) e factores contextuais (como as políticas educativas e as características socioculturais do agregado familiar). Para além destes factores considerou-se a importância da percepção dos alunos, pais e professores no Sucesso/Insucesso Educativo e Académico dos alunos.

Finalmente, e imediatamente antes do trabalho de grupo, questionou-se os presentes acerca da forma como o Sistema de Avaliação interfere no Sucesso/Insucesso Educativo e Académico.

Na segunda parte realizou-se um plenário, onde estiveram presentes cerca de 70 Encarregados de Educação, tendo-se dividido em cinco grupos de trabalho.

A sua participação foi muito activa e positiva, evidenciando a importância deste tipo de iniciativa.

Das cinco questões disponibilizadas para reflexão, as mais escolhidas foram a 1, a 2, a 3 e a 4.

Apresentam-se, de seguida, as principais conclusões do plenário em relação a cada uma das questões trabalhadas.

1- O que fazer para promover o sucesso educativo?

Na promoção do sucesso educativo deverá existir uma maior clarificação dos objectivos e critérios de avaliação por toda a comunidade educativa assim como uma maior aproximação dos pais à escola e uma maior responsabilização de todos os intervenientes.

O sucesso educativo, implicando a avaliação das atitudes e comportamentos, é muito mais amplo que o sucesso escolar onde o importante são as boas classificações e a excelência académica. Com o sucesso educativo pretende-se formar Homens mais

responsáveis e mais profissionais com vista a formar a sociedade. Para tal, seria necessário criar um observatório que siga os alunos após a saída da escola, de forma a analisarmos se um aluno obteve sucesso escolar e/ou sucesso educativo. A escola deve educar e formar e não só ensinar bem, uma vez que, actualmente, possui uma responsabilidade muito grande na formação dos jovens.

Na promoção do sucesso educativo é muito importante a definição de um projecto educativo. É, igualmente, necessário que este seja avaliado e redefinido periodicamente.

É fundamental que a acção dos Pais seja de acordo com o mesmo e que estes se empenhem nele. A comunidade em geral deve interagir com a escola.

Deve-se promover uma maior interligação entre os sectores escola, família e comunidade através de sessões conjuntas, fóruns e debates.

É importante existir recursos técnicos em quantidade e qualidade para a prática do ensino-aprendizagem.

2- Qual a avaliação praticada actualmente nas escolas?

É praticada uma avaliação qualitativa e quantitativa, variando estas em função do professor e do ano de escolaridade.

A avaliação deverá ser centrada no aluno, tendo como objectivo desenvolver competências.

Por outro lado, é fundamental que a escola defina critérios para que a avaliação afira a aprendizagem dos alunos.

A avaliação é necessária e desejável...a escola deve educar, formar pessoas sem esquecer a aprendizagem dos conteúdos, pelo que pode recorrer a vários instrumentos, nomeadamente aos testes sumativos.

3- Que aspectos parecem estar ausentes no actual processo de avaliação?

Os alunos devem ter um maior conhecimento da realidade, percebendo aplicabilidade do seu estudo às situações práticas do dia-a-dia.

A avaliação não deve ser feita só numérica e estatisticamente mas em função de objectivos educativos concretos e comuns de forma a alcançar-se o sucesso educativo.

Os Pais deverão participar na construção desses objectivos e não tomarem apenas conhecimento dos mesmos.

Torna-se importante a escola não esquecer que a avaliação dos alunos pressupõe condições, nomeadamente a satisfação das suas necessidades básicas. Será que a escola prevê esta satisfação?

4- Como vivem os alunos o processo de avaliação tal qual existe?

O aluno vive o processo de avaliação com muito *stress* e focalizado nas notas. Embora o processo seja contínuo, os alunos vivem de acordo com a nota final, isto é, centrados nos resultados e não na aprendizagem. A sabedoria deixa de ser aquilo que fica depois daquilo que esquecemos.

Para alguns, a nota, é um fim em si; para outros é uma forma de avaliar o seu processo de aprendizagem e de orientar a sua progressão, isto é, de considerar se atingiram as suas metas e as suas expectativas de aprendizagem.

5- Como transformar a avaliação tradicional numa avaliação mais reflexiva e contínua?

Criando momentos de debate e reflexão entre os próprios alunos, não só no contexto de sala de aula.

Seria interessante criar um observatório para seguir o sucesso para além do contexto escolar.

A escola não pode pretender “responder a todas as solicitações”: “Será melhor a escola ensinar bem ou educar mal?”

Síntese

Esta experiência revelou-se muito positiva, não se tendo esgotado a temática neste fórum. O sentir geral dos intervenientes é a vontade/necessidade de se repetirem actividades similares a esta, no sentido de se fazer uma maior reflexão sobre estas temáticas envolvendo, de forma activa, professores e encarregados de educação.

Ensino Profissional – que passado e que futuro?

Escola Secundária Camilo Castelo Branco

Um aspecto particular do sistema educativo português tem sido a tradicional opção por cursos gerais vocacionados e preparar os alunos para o prosseguimento de estudos, em detrimento de cursos vocacionados para a inserção na vida activa, apesar de serem uma minoria os estudantes que prosseguem os seus estudos.

No entanto, as características da sociedade têm vindo a alterar-se e passou-se a “exigir da educação que se adapte cada vez mais, por um lado, às necessidades da sociedade, e particularmente às exigências económicas, e, por outro lado, aos desejos e às aptidões dos educandos, realizando em matéria de instrução todas as condições duma maior igualdade de oportunidades” (Faure, 1972). A socialização dos jovens para a vida activa torna-se fundamental, afirmando Antunes (2000) que esta preparação “parece consistir na mobilização e motivação dos jovens para as (novas condições) (d)o emprego, favorecendo a construção de identidades sociais ligadas a posições específicas na divisão social do trabalho”.

Naturalmente, um modelo de escola pós-básica segmentada passa a ser defendido como resposta:

- à necessidade de adequação de identidades, aspirações e percursos às oportunidades realmente oferecidas ao sistema educativo, económico e social;
- às pressões internas (necessidades das empresas em qualificações e profissionais específicos e desemprego maciço de jovens);
- às pressões externas (de organizações internacionais – OCDE, Banco Mundial...).

Nos anos 80, pode ler-se num relatório da OCDE (1983) sobre o ensino na sociedade moderna que “o principal papel do ensino em relação ao mercado de trabalho, é de apoio e consiste em preparar os jovens para a vida activa, dando-lhes qualificações que correspondam à actual e futura procura de mão-de-obra”.

Passados alguns anos da criação das Escolas Profissionais (Decreto-lei 26/89), com o Despacho Normativo nº 14758/2004, surge a inevitável possibilidade dos estabelecimentos secundários públicos abrirem cursos profissionais, alargando-se assim as opções dos jovens em termos de percursos escolares no secundário.

No entanto, somos herdeiros de um passado histórico relacionado com o ensino técnico-profissional, que se implementou em 1852 e que ganhou grande expressão durante o Estado Novo, cimentando razões de ordem histórica, social e cultural que fazem com que, no presente, uma franja da sociedade ainda encare o ensino profissional como um ensino de menor estatuto e socialmente desvalorizado.

Muitos autores defendem a necessidade de dar mais atenção à dignificação do ensino profissional. Pedrosa Jesus (2006) advoga que “a Educação e a Formação Profissional têm de ser pensadas para servir e responder a todos e a cada um dos cidadãos, individualmente. Por isso, a diversidade que não exclui nem discrimina deve ser cultivada em todos os ciclos de estudos, numa cadeia educativa em que os elos sejam sistematicamente monitorizados e reforçados.”

É fundamental que a comunidade escolar tome consciência do importante contributo a nível cultural, social e profissional que o ensino profissional pode proporcionar à escola pública, aos jovens e à sociedade.

Reconhecendo a necessidade de se gerarem respostas ajustadas às diferentes motivações e vocações dos jovens, assim como às solicitações sociais e do mercado de trabalho, surge inevitavelmente a interrogação: de que forma pode a ESCCB responder ao desafio de aumentar a qualidade e o sucesso educativo dos jovens que enveredam pela via educativa do ensino profissional?

Com base na questão anterior, impõe-se uma reflexão participada, juntando professores, alunos e pais, sobre os múltiplos aspectos que se interligam para a concepção de uma possível resposta:

- Diversificação da oferta formativa: importância e critérios.
- Perfil dos alunos dos cursos profissionais: especificidade e respostas.
- Metodologias de trabalho nos cursos profissionais: ideias e experiências.
- A gestão dos ritmos de aprendizagem: ideias e experiências.
- A avaliação: dupla função de acompanhamento e de certificação.
- O contacto com o trabalho e as organizações laborais.

O Conselho Executivo

“Os Cursos Profissionais são uma modalidade do nível secundário de educação, caracterizada por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta os interesses do aluno, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o sector empresarial local.

Os Cursos Profissionais destinam-se aos alunos que: - concluíram o 9º ano de escolaridade ou formação equivalente; - procuram um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho; - não excluem a hipótese de, mais tarde, prosseguir os estudos.

Os principais objectivos desta oferta educativa e formativa são: - contribuir para que o estudante desenvolva competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão; - privilegiar as ofertas formativas que correspondem às necessidades de trabalho locais e regionais; - preparar o estudante para aceder a formações pós-secundárias ou ao ensino superior, se for essa a sua vontade.”

Agência Nacional para a Qualificação

Grupo I

Tema de reflexão:

Diversificação da oferta formativa: importância e critérios

“Durante o período de vigência da Iniciativa iremos envolver mais de 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionalizantes. O objectivo definido no Programa do Governo, que aqui se reafirma, é o de fazer com que as vagas em vias profissionalizantes representem, em 2010, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário.”

In <http://www.novasoportunidades.gov.pt/NovasOportunidades.aspx>

Portaria 550-C/2004 de 21 de Maio

Artigo 9.º

“O acompanhamento e a avaliação da adequação da oferta formativa de cada escola aos fins propostos competem aos respectivos órgãos de administração e gestão, aos quais incumbe desenvolver os mecanismos que considerem adequados para o efeito, sem prejuízo da avaliação externa legalmente prevista.”

- Qual a importância de se criarem percursos escolares diversificados na escola?
- Como envolver a comunidade escolar na definição da sua oferta formativa?
- Que critérios/mecanismos utilizar para a definição dos cursos profissionais a implementar?
- Como se vê a alteração cíclica da oferta formativa da escola?

Resultados da Reflexão do Grupo I

- Importante diversificar mas com qualidade.
- Muito importante auscultar as empresas para levantamento de necessidades no concelho e na região.

- Importante saber se as empresas e as instituições podem absorver os formandos no final do curso.
- As escolas devem estar devidamente equipadas.
- Deveria existir uma forma de selecção dos formandos.
- Os formandos deveriam ser esclarecidos e alertados para o facto dos cursos não serem vocacionados para prosseguir estudos.
- Entre escolas do mesmo concelho existir coordenação entre Conselhos Executivos para que as ofertas sejam diversificadas.
- A criação de um gabinete com pessoas formadas e adequadas para esclarecer dúvidas dos formandos, dos professores, directores de turma e directores de curso.
- Deveria existir no horário dos professores um ou dois tempos lectivos para os professores se juntarem afim de uniformizarem atitudes.
- Deveriam ser programadas actividades, já no primeiro ano, que envolvessem contacto com as empresas.
- Competitividade, eficiência e inovação são palavras-chave para empresas de sucesso. Só com ensino individualizado se consegue formar com qualidade. As turmas dos cursos profissionais têm um número elevado de alunos o que dificulta o ensino/aprendizagem.
- A alteração cíclica prevê constante readaptação científica e pedagógica para com os alunos, pelo que os professores deverão estar alertados e consciencializados para as constantes alterações e exigências destes cursos.

Grupo II

Tema de reflexão:

Perfil dos alunos dos cursos profissionais: especificidade e respostas

“Durante o período de vigência da Iniciativa iremos envolver mais de 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionalizantes. O objectivo definido no Programa do Governo, que aqui se reafirma, é o de fazer com que as vagas em vias profissionalizantes representem, em 2010, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário.”

In <http://www.novasoportunidades.gov.pt/NovasOportunidades.aspx>

- Percepcionam-se características específicas dos alunos (sociais, culturais, comportamentais, ...) que estão inseridos no ensino profissional? Quais?
- Existirão diferenças de estatuto entre os alunos dos cursos profissionais e os alunos dos cursos gerais secundários? A que nível?
- Como fazer para dignificar e qualificar a opção pelos cursos profissionais?

Resultados da Reflexão do Grupo II

Actualmente nos Cursos Profissionais da nossa escola, em termos de características específicas dos alunos existe uma predominância para indivíduos de substratos socio-económicos e culturais mais desfavorecidos. Ou não têm perspectivas futuras de qualificação e são levados a escolher um curso porque o nome é bonito, ou pretendem um ensino mais facilitador (na ideia deles), ou lhes é inculcado pela escola a escolha de um curso alternativo por não terem vaga na opção do curso pretendido, são essencialmente jovens que reflectem uma constante desmotivação e indiferença perante os resultados e mesmo perante a futura actividade profissional pelo qual optaram.

Estas características específicas relativas aos alunos dos Cursos Profissionais, evidenciam uma diferença de estatuto em relação aos alunos dos Cursos de Regime Geral. Entre

os pares chega mesmo a haver uma discriminação, caracterizando os alunos dos Cursos Profissionais como “alunos de segunda”, “os que não têm capacidade para mais”, etc.

Perante este cenário, parece-nos importante que:

- Haja uma procura de alunos com características diferentes aos enunciados, se bem que para cumprir a meta dos 50%, serão alunos com as características dos Cursos do Regime Geral, a integrarem nos Cursos Profissionais, mostrando estes Cursos serem capazes de possuírem qualidade e benefício extra.
- Haja maior grau de exigência ao nível das competências pessoais (atitudes e valores), para que se faça sentir uma maior responsabilização, autonomia, iniciativa, interesse e dinâmica.
- Se crie medidores eficazes para a análise crítica da evolução dessas competências pessoais.
- Se defina com precisão os Critérios de Selecção de teor específico do Curso. (Repare-se por exemplo que um aluno com problemas de coração nunca poderá ser integrado num curso em que tecnicamente vai manusear e trabalhar directamente com a energia eléctrica – Torna-se responsabilidade da Escola esta inteligência).
- Deva haver uma orientação vocacional precoce.
- A realização de Entrevistas aos alunos ou às futuras turmas, numa perspectiva de orientação específica para as profissões que os Cursos indiciam.
- Valorização e credibilidade dos conteúdos dos Cursos Profissionais.
- Numa perspectiva de uma maior responsabilização por parte dos alunos e promover uma formação cívica mais próxima do meio profissional envolvente, e também por conveniência técnica, porque não os alunos começarem a realizar formação em contexto de trabalho logo no 1º Ano do Curso, (Como exemplo: um Curso ligado com a agricultura vinícola, existem épocas diferentes para as várias fases de trabalho. Como é que os alunos as poderão também realizar. No final ou faseado?)

Grupo III

Tema de reflexão:

Metodologias de trabalho nos cursos profissionais: ideias e experiências

Leite & Santos (2004) referem que “as metodologias são caminhos processuais para a acção; são procedimentos didácticos apoiados por métodos e técnicas de ensino, simples ou combinados para melhor se atingir um fim em vista; são formas de trabalho sistematizado, organizado e reflexivo...”.

Segundo Thinès (cit. por Castro & Ricardo, 1992), o trabalho de projecto é “um método de trabalho que requer a participação de cada membro de um grupo, segundo as suas capacidades, com o objectivo de realizar um trabalho conjunto, decidido, planificado e organizado de comum acordo.”

- Que práticas pedagógicas implementar para interligar os conhecimentos e as competências teóricas e práticas?
- Como consolidar projectos de formação coerentes e globais para cada aluno?
- O Trabalho de Projecto será uma metodologia adequada a estes cursos?
- Que estratégias usar na sala de aula para a criação de ambientes de aprendizagem estimulantes?

Resultados da Reflexão do Grupo III

- As reuniões no primeiro período com os professores todos são muito importantes. Nessas reuniões todos os professores devem abordar os seus programas a leccionar; ver se há conteúdos em comum; ver da possibilidade de articulações curriculares; da interdisciplinaridade; planificar visitas de estudo (essas visitas devem ser relacionadas com as saídas profissionais do curso, também podem ser visitas em que os alunos colocam em prática assuntos abordados nas disciplinas e também de enriquecimento cultural); ver das necessidades de material, equipamento, salas próprias, tudo necessário para o bom funcionamento do curso.
- Nestes cursos as aulas práticas são muito importantes.
- As disciplinas da componente prática devem ser leccionadas por pessoas da área profissional ou por docentes com formação nessa área (para a prática realmente funcionar).
- A metodologia do trabalho de projecto deve ser do conhecimento de todos os professores e alunos (deve ser trabalhada ao longo do 10º ano).
- Todos os alunos devem estar informados do trabalho que terão de desenvolver no 12º ano e da sua defesa (PAP).
- No 11º ano podem desenvolver pequenos trabalhos de projecto, como preparação para o 12º ano.
- É importante os professores da componente Prática (também o director de curso) darem exemplos de trabalhos de projecto que podem ser desenvolvidos no respectivo curso profissional (ouvirem também as ideias dos alunos e verem de que forma podem ser trabalhadas, amadurecidas, da sua viabilidade).

Grupo IV

Tema:

A gestão dos ritmos de aprendizagem: ideias e experiências

Os cursos profissionais adoptam uma lógica modular de progressão.

**Portaria 550-C/2004
de 21 de Maio**

Artigo 14.o, ponto dois

“Compete ao professor organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.”

- Permitirá a estrutura modular a que obedecem os planos curriculares do ensino profissional respeitar os ritmos de aprendizagem dos alunos?
- Como gerir essa mesma estrutura modular de forma a diferenciar percursos de formação respeitadores dos ritmos de aprendizagem?
- Que estratégias usar na sala de aula para a criação de ambientes de aprendizagem estimulantes?

Resultados da Reflexão do Grupo IV

1ª – A estrutura modular respeita o ritmo particular/individualizado dos alunos e propicia uma educação problematizadora, à maneira de Paulo Freire. A estrutura modular permite respeitar os ritmos de aprendizagem dos discentes.

Mas o paraíso tem serpentes:

Que interesses têm os alunos?

Os discentes têm vontade para aprender?

Há uma ideia pré-concebida má e errada dos cursos profissionais: os cursos servem para “ocupar” a escola e os alunos, os quais entendem que sabem tudo e não precisam de auxílio.

Os Cursos deverão responder à preocupação com a integração dos jovens no mundo do trabalho.

Questão central: inexistência de consciência individual dos discentes sobre o seu futuro profissional.

“A escola não se pode demitir das suas responsabilidades”.

2ª – A gestão da estrutura modular, invariavelmente, passa pela relação discente/docente no sentido da co-responsabilização, equidade e equilíbrio no funcionamento do Curso.

Porém falha:

Sistema educativo que está pensado *a contrario* (prepara só para a Universidade e é perspectivado numa escala descendente do topo para a base).

Os *curricula* deveriam ser adaptados ao nível de formação. Para quando a implementação dos currículos a nível local e regional?

Horários.

Instalações.

3ª – O ditado popular diz que “Ninguém consegue pensar de barriga vazia”.

Um bom ambiente de trabalho passa pelos seguintes pressupostos:

- Condições de trabalho (infra-estruturas).
- Vontade dos discentes para adquirir competências
- A tutela “abrir mão” para o desenvolvimento da formação de acordo com as especificidades da região.
- Contextualização e adequação do processo ensino-aprendizagem ao mercado de trabalho.

Grupo V

Tema de reflexão:

A avaliação: dupla função de acompanhamento e de certificação

Portaria 550-C/2004

Artigo 10.º

1 — A avaliação incide:

a) Sobre as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação e no plano da FCT;

b) Sobre as competências identificadas no perfil de desempenho à saída do curso.

2 — A avaliação assume carácter diagnóstico, formativo e sumativo, visando:

a) Informar o aluno e o encarregado de educação, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades

e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo as causas de sucesso ou insucesso;

- b) Adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global do aluno nas áreas cognitiva, afectiva, relacional, social e psicomotora;*
- c) Certificar os conhecimentos e competências adquiridos;*
- d) Contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.*

Artigo 14.o

1 — A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada módulo, com a intervenção do professor e do aluno, e, após a conclusão do conjunto de módulos de cada disciplina, em reunião do conselho de turma.

2 — Compete ao professor organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.

- Que estratégias de avaliação serão as mais ajustadas aos alunos do ensino profissional?
- Que mecanismos pode a escola adoptar para tornar a avaliação no ensino profissional mais eficaz e eficiente?

Resultados da Reflexão do Grupo V

A reflexão do grupo resume-se nos seguintes pontos:

- **à primeira questão** apresentada a resposta foi unânime em que as estratégias implementadas no guia dos cursos profissionais estão a ser adequadas e ajustadas à realidade do alunos dos cursos profissionais.
- a **segunda questão** leva-nos a sugerir:
 - o Aluno apenas poderá ingressar na FCT se tiver concluído os módulos do 1º e 2º ano de formação.
 - Contratação e selecção de formadores com perfil adequado à leccionação da formação técnica bem como disponibilidade para a coordenação de trabalhos.
 - Criação de um TL no horário do corpo docente do conselho de turma, bem como no horário da turma para que o diálogo aconteça e se obtenha um feedback do processo ensino-aprendizagem.
 - Realização de uma análise do mercado local e regional bem como a transmissão dessa informação à equipa pedagógica.
 - O Grupo de EF, acredita ser insuficiente o tempo da disciplina para o desenvolvimento psicomotor o que não permite “cuidar” adequadamente os alunos (*Artigo 10 ponto 2 alínea b*).
 - A Avaliação Diagnóstica deveria ser uma preocupação prioritária da escola de modo a que não se verificasse situações dúbias nos processos ensino-aprendizagem dos alunos.

Grupo VI

Tema de reflexão:

O contacto com o trabalho e com as organizações laborais

De acordo com o artigo 5, alínea d) do ponto II do Despacho Normativo nº 14758/2004, a escola deverá ter:

“Capacidade para o estabelecimento de relações de cooperação com o tecido económico e social envolvente, nomeadamente, com as empresas e as autarquias locais, objectivadas na capacidade de negociar protocolos que permitam a realização e o acompanhamento da formação em contexto de trabalho(FCT), bem como a inserção profissional dos futuros diplomados.”

- Como pode a escola proporcionar aos alunos os necessários contactos com o trabalho/o exercício profissional e com as organizações laborais?
- Como desenvolver nos alunos um espírito crítico e uma postura assertiva face ao mundo do trabalho?
- Como desenvolver um clima de verdadeira parceria entre a escola e o meio envolvente?

Resultados da Reflexão do Grupo VI

O “trabalho” não pode ser encarado como um conceito exterior à realidade escolar,

A escola faz parte do “mundo do trabalho” e, bem ou mal, molda, profissionalmente, as concepções e as práticas dos formandos (se a escola continua a funcionar como “fábrica”, inexoravelmente, moldará expectativas de organização fabril do trabalho).

O “trabalho” não é um conceito socialmente ou culturalmente asséptico (ou ideologicamente neutro): há muitas formas de organizar o trabalho e valores e paradigmas contraditórios que determinam formas diferentes de organização. O projecto educativo da escola terá de assentar numa concepção de “trabalho escolar” e num modelo de organização do “trabalho escolar” que, a todos os níveis, privilegiam os valores, as atitudes e as competências que a escola entenda dever promover: assiduidade, pontualidade, respeito pelos outros, iniciativa individual, autonomia, espírito crítico e empreendedor, responsabilidade, trabalho colaborativo, inovação, etc.

Toda a formação escolar (independentemente mesmo da natureza dos cursos) tem de ser “formação em contexto de trabalho”, o que pressupõe que a escola proporcione a alunos e formandos condições e ambientes de trabalho estimulantes, formativos e coerentes, ultrapassando de vez o paradigma empobrecedor da organização fabril do trabalho: naturalmente, condições infra-estruturais, organizacionais e instrumentais.

Não se trata, apenas, de simular contextos de trabalho (mais afins dos contextos reais), mas de organizar o trabalho escolar em moldes claramente distintos dos actualmente prevalentes.

O diálogo da escola com as empresas e as organizações terá de ser um diálogo permanente, institucional, e não apenas circunstancial ou oportunístico. E terá de ser um diálogo prévio ao lançamento dos cursos profissionais, tanto mais que é desejável que a FCT se distribua pelos três anos de duração dos cursos e não ocorra apenas na parte final dos mesmos.

Ensino Profissional – que passado e que futuro?

Oficina – INA; Escola Profissional CIOR e FORAVE

O Fórum Local subordinado ao tema “ Ensino Profissional – Que passado e que futuro?” foi organizado numa parceria entre três escolas profissionais: a Oficina, a Cior e a Forave.

O Fórum, que decorreu no dia 30 de Abril da parte de tarde, no Auditório 2 do Colégio das Caldinhas, contou com a presença de elementos da direcção, professores, alunos e outros colaboradores das três Escolas, bem como com representantes dos pais/encarregados de educação e ainda com elementos do tecido empresarial da região. A metodologia adoptada foi um plenário, seguido de oficinas de trabalho e finalizando com um novo plenário para apresentação das conclusões e debate.

No plenário, que contou com a participação do Dr. Marco Magalhães, em representação do Dr. Leonel Rocha, Vereador da Cultura e da Educação de da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, fez-se uma breve apresentação do tema geral e dos tópicos (de carácter meramente indicativo) propostos pela organização para discussão, entre os grupos de trabalho, a saber:

- Desafios para o séc. XXI.
- Qual o papel do ensino profissional? Público vs Privado?
- Ensino Profissional: Redes e Parcerias – Que Modelo?
- Relação Escola-Empresa-Escola – Que Futuro?

Para as oficinas de trabalho foram criados 4 grupos de trabalho. Um grupo composto pelos elementos dirigentes da Escolas, representantes dos pais/EE e tecido empresarial; outro grupo com os alunos das três escolas e mais dois grupos constituídos pelos restantes elementos presentes no fórum, tendo havido preocupação em misturar a

representatividade das Escolas. Cada grupo elegeu um porta-voz que apresentou as conclusões no plenário final.

O Fórum decorreu num ambiente bastante descontraído e participativo.

No decorrer do Fórum, foram levantadas algumas questões de pertinência elevada: a importância do envolvimento dos Encarregados de Educação nas práticas e actividades da escola para uma maior eficácia e responsabilidade do sistema de ensino; a contratação de profissionais qualificados e activos, com experiência profissional nas diversas áreas de formação, factor que dificilmente será argumento massificado do ensino público; a promoção de formação de qualidade: técnica e cívica, com o envolvimento de todos. A formação dos nossos jovens deverá ser de excelência, quer a nível técnico, quer a nível cívico. O desígnio é formar numa dimensão absoluta. Para tal, é necessário o envolvimento de todos os intervenientes no processo formativo dos nossos jovens, designadamente, dos professores, comunidade escolar, pais e restante família; a especialização do ensino das Escolas Profissionais – considerou-se indispensável que se desenvolva o ensino profissional especializado, com o objectivo de formar jovens especialistas, mais produtivos e dotados de elevado *know-how*, em diferentes áreas-chave da sociedade, principalmente para a indústria, o comércio e serviços; a criação de cursos profissionais ligados a áreas-chave das sociedades modernas; o investimento na criação de cursos profissionais associados a áreas-chave das sociedades modernas, de forma a potenciar a adequação da formação com as necessidades e oportunidades do mercado de trabalho, destacando as novas tecnologias, a ciência, o ambiente, o apoio à 3ª idade (área social), entre outros; a existência de uma consciência empresarial colectiva de que a formação profissional é o caminho certo. Os formandos das escolas profissionais são detentores de uma formação de qualidade, ao nível do saber, saber-fazer e ser. Em termos de recrutamento, as empresas olham os candidatos dos cursos profissionais com alguma preferência; a comunicação entre empresa/escola deve e pode ser incrementada, de forma a existir um maior ajustamento das necessidades às ofertas, passando pela preparação de cursos à medida das necessidades das empresas e até mesmo pela evolução dos próprios docentes, em termos de técnicas e tecnologias adaptados à evolução das entidades empregadoras.

No que diz respeito às dificuldades e necessidades no âmbito da temática “Ensino Profissional – Que passado e que futuro?”, salientou-se a previsão de uma maior escassez de alunos para as Escolas Profissionais, motivada pelo aumento da oferta formativa e pelo baixo nível do índice de natalidade; as escolas profissionais privadas encontram-se perante o desafio da sobrevivência à proliferação dos cursos profissionais das Escolas Públicas, situação que se prevê progressivamente mais complexa; o crescente encerramento de indústrias, o aumento de micro-empresas e o desenvolvimento tecnológico potencializam um decréscimo na necessidade de mão-de-obra, ainda que qualificada.

Deste trabalho conjunto, registaram-se algumas necessidades: a de reforçar a imagem do Ensino Profissional enquanto escolha válida em termos de formação; a importância de desmistificar-se a imagem errada de que o ensino profissional constitui uma segunda escolha ou de menor qualidade; a criação de Redes e Parcerias, quer com escolas profissionais privadas e/ou públicas, quer com empresas, no sentido de otimizar recursos e competências.

Neste Fórum Local, propuseram-se determinadas mudanças, como a criação de cursos que efectivamente respondam às necessidades do mercado e das empresas; o diagnóstico mais preciso das necessidades das empresas no sentido de solucionar as suas necessidades de técnicos com formação especializada; o financiamento do Ensino Privado – necessidade de encontrar formas alternativas de financiamento ou autofinanciamento, protocolos com empresas e instituições; a celebração de parcerias com instituições públicas / privadas do Ensino Superior para garantir o ingresso dos melhores alunos do Ensino Profissional no Ensino Superior, ou seja, a necessidade de uma real equidade de oportunidades em relação aos alunos do ensino regular e, também, um factor de motivação para a escolha do ensino profissional versus regular; a importância de o Ensino Profissional focar a sua actuação em áreas profissionais mais específicas, de modo a tornar-se mais competitivo e vocacionado; a aposta em intercâmbios internacionais com equivalências, pois, num mundo cada vez mais global e numa Europa cada vez mais alargada, torna-se importante a aposta em intercâmbios internacionais de formandos e formadores, que visem a promoção da diversidade de culturas e partilha de vivências, essenciais no processo cognitivo, de formação e percepção do nosso mundo; a importância da promoção das escolas e da sua oferta formativa junto do seu público-alvo, que deverão procurar as pessoas, os seus potenciais

alunos, fazer valer os seus argumentos, apostar na diferenciação e, essencialmente, na qualidade da formação que ministra; o investimento das escolas noutros níveis de formação, para activos, profissionais, desempregados, pessoas ainda longe da reforma, que deverão investir em formação permanente ou reconversão profissional, no sentido de se tornarem mais competitivos e produtivos. Estas formações, que poderão ser patrocinadas pelas entidades empregadoras, seriam ministradas em regime pós-laboral, nas escolas, ou mesmo nas instalações das respectivas empresas, ministradas por formadores especializados das escolas.